



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 116

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2017

ANO VI



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2194

TAQUIGRAFIA

ATA DA 24ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE O DESCUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS DE REALOCAÇÃO DOS MORADORES IMPACTADOS PELA USINA SANTO ANTÔNIO E DAS DEMAIS CONDICIONANTES PARA A ATIVIDADE DA USINA NO RIO MADEIRA, EM PORTO VELHO.

Em 29 de junho de 2017.

Presidência do Sr.
Deputado Léo Moraes

(Às 10h36min é aberta a Audiência Pública)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado estadual Léo Moraes, realiza Audiência Pública, objetivando discutir sobre o descumprimento das decisões judiciais de realocação dos moradores de comunidades impactadas pela Usina Santo Antônio e das condicionantes para atividade da Usina Rio Madeira. Convidamos para compor a Mesa Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública. O Excelentíssimo Senhor Francisco Sales, Secretário de Estado Adjunto da SEDAM; O Dr. Glauber Gaiva, Procurador do Estado, representando a Casa Civil; Senhor Heleone Machado, representante da Secretaria de Planejamento e Gestão, SEPOG; Senhor João Marcos Dutra, Coordenador RO Movimento dos

Atingidos por Barragens, MAB; Dra. Carolina Dória, professora da Universidade Federal de Rondônia, UNIR; Dra. Geane leite, advogada das Comunidades Ribeirinhas; Senhor Antônio Elesbão da Silva, Vice-Presidente da Comissão dos Moradores do Distrito do Abunã.

Como falei anteriormente esta é uma Mesa formal, as pessoas que quiserem fazer uso da palavra, fiquem à vontade.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, nós iniciamos mais uma Audiência Pública com a finalidade de discutir o impacto social e ambiental das duas Usinas Hidrelétricas instaladas no Rio Madeira, assim como o não cumprimento de decisões judiciais. Sejam todos muito bem-vindos a Casa do Povo.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para ouvirmos o Hino céus de Rondônia. Letra de Joaquim de Araújo Lima, e música de José de Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Ok. Podem sentar, muito obrigado. Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes registramos aqui ainda as presenças do Senhor Ruslam Magalhães, representante do Conselho de Agricultura, o CMDR; Senhor José Milton de Farias, representante do projeto de Assentamento Joana d'Arc III; senhoras e senhores moradores do bairro São Sebastião Boa Fé; Senhoras e Senhores moradores da Comunidade de Maravilha Niterói; Senhoras e Senhores moradores do bairro União; Senhoras e Senhores moradores do bairro Centro; Senhoras e Senhores moradores da comunidade Belmont; Senhoras e Senhores moradores do bairro Triângulo; Senhoras e Senhores moradores da comunidade São Sebastião Margem Esquerda do Rio Madeira; representante da Associação Conceito Humanitário de Porto Velho Senhor Moacir Druciak; Senhor Wagner Ortiz da Silva, Presidente do bairro São Sebastião II; Senhoras Professoras Doutoras da Universidade Federal de Rondônia Laura Castro; Suelen Brasil; Dr. Thiago

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

Aciole Guimarães, advogado da Associação dos Moradores do Belmont; Professor Emílio Frederico Moran da Unicamp, Campinas/SP; Senhora Adriane Soares, Diretora do Departamento de Proteção Básica e representante da SEMASF; Dr. Antônio de Castro Alves Junior, advogado das comunidades que já está inclusive inscrito para fazer uso da palavra; inscrito também o Pastor Rozam Rodrigues Barbosa, representante dos atingidos pelas cheias; Senhor Rosinaldo Lemos Ferreira, comunidade São Sebastião, também inscrito para fazer uso da palavra; Senhor Rowilson Denning (Loro), líder do bairro Triângulo, inscrito também; também inscrito o Senhor Ualace Ferreira da Silva, morador do bairro Triângulo, e inscrito também o Senhor José Rabelo Ferreira, líder da comunidade São Sebastião.

Antes das palavras iniciais de S. Ex^a o Senhor Deputado Léo Moraes vamos assistir um vídeo que retrata sobre a problemática de realocação das pessoas, questões judiciais sobre a usina hidrelétrica. Então com a palavra V.Ex^a enquanto a gente discute sobre essa questão. Senhor Carlos Alberto, Presidente da Associação Comercial de Jaci-Paraná, muito obrigado pela presença.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bom dia a todos. É um prazer muito grande estar aqui, agradeço a Deus pela oportunidade, satisfação receber a todos prejudicados, as pessoas, as famílias que se sentem lesadas pelos empreendimentos instalados aqui na nossa região. É bom deixar bem claro que a Assembleia é realmente a Casa do povo e que deve ouvir todas essas demandas, essas reivindicações e dirimir os problemas, minimizá-los afim de que a sociedade tenha maior qualidade de vida. Gostaria de deixar registrado que a audiência pública tem o interesse de ouvir as pessoas, isto é, de forma democrática quem quiser participar pode se inscrever aqui com o nosso Cerimonial da Assembleia Legislativa, essas pessoas que estão circulando, para que faça uso da tribuna e que deixe registrado aqui no histórico da Assembleia, da Casa de leis, nos anais dos profissionais aqui, nos Anais da Assembleia Legislativa o que vocês pensam a respeito dessa matéria para nós entendermos o que deve ser feito daqui em diante, para quem sabe ser um momento de divisor de águas nessa luta incansável de muitas pessoas, autoridades, agentes públicos, operadores do direito, líderes de associação, de bairros, de comunidade, de distritos que entendem que são lesados pelas usinas, assim como eu tenho clara evidência do que acontece na nossa região porque gosto e faço questão de andar pelos distritos, sei o que é banheiro, sei que é o fenômeno da terra caída, sei o que é terra encharcada, água contaminada, remanejamentos, realocações que não acontecem, os impactos e a contrapartida que nunca chegou para benefício de quem mais precisa que está lá na ponta da corda que são vocês. Antes de entrarmos no mérito da discussão, eu gostaria de deixar registrado e lamentar a ausência de algumas autoridades que haviam feito compromisso, havia confirmado a presença e hoje não estão aqui num debate de suma importância, isso realmente nos deixa um pouquinho decepcionados, no momento de ouvir as pessoas, ouvir os clamores da população as autoridades não se fazem presentes e eu tenho que lamentar tornar público e deixar consignado isso em ata para eu lá na frente eu não incorra em omissão e seja leniente com o que a

população tem sofrido, com o que as empresas tem feito com todos vocês. Eu gostaria de fazer algumas leituras aqui. O MPF, Ministério Público Federal por telefone desconfirmou a sua presença, infelizmente. O IBAMA mais uma vez como sempre faz desconfirmando por telefone demonstrando falta de comprometimento, demonstrando que não atende ao interesse da sociedade, com certeza atende o interesse de grupos pequenos escusos em detrimento da desgraça da população que acontece no dia a dia. E também o Ministério Público que havíamos feito o convite, havia se comprometido a estar aqui e a gente não tem visto pelo menos aqui a presença do Ministério Público. Faço a leitura: “Ao Senhor Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Convite Audiência Pública. Senhor Presidente, a par de cumprimentá-lo, acuso recebimento do convite para participar da audiência para discutir sobre o descumprimento das decisões judiciais de realocação dos moradores de comunidades impactadas pelas as Usinas de Santo Antônio e das demais condicionantes para atividades da Usina no Rio Madeira, ao tempo que informo não ser possível a presença do senhor Procurador Geral de Justiça, Dr. Airton Pedro Marim Filho, em razão de compromisso institucional anteriormente agendado para a mesma data. Informo ainda o encaminhamento do referido convite ao Centro de Apoio Operacional ao Meio Ambiente - CAOP, para conhecimento, atenciosamente, Andreia Damasceno Engel, Promotora de Justiça Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral”.

- E-mail 11h17min horas, da manhã do dia 27. De ordem da Dra. Aídee Maria Moser Torquato Luiz, Coordenadora do Grupo de Trabalho Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis e de Tutela Coletiva. Informo que a Promotora de Justiça não poderá comparecer na Audiência Pública a ser realizada no dia 29 de junho de 2017, em virtude de audiências jurídicas previamente agendadas em relação ao objeto da referida Audiência Pública o parquet aguarda decisões judiciais das ações civis públicas interpostas contra a empresa Santo Antônio Energia S.A, sobre realocação dos moradores atingidos pelas usinas de Santo Antônio, quais segue: aqui tem toda a sequência, apresentar uma justificativa do Dr. Alexandre Miguel, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Rondônia, que embora convite tardio, se colocou inteiramente à disposição e eu gostaria de cumprimentar e elogiar o seu interesse, seu interesse pelo o direito da maioria, do coletivo, infelizmente seu filho está hospitalizado, hoje, agora pouco soubemos da notícia, ele está dando atenção à família e logicamente não tem como exigir uma participação, haja vista, o grau e o risco que seu filho nesse momento corre. Então, a gente inclusive se solidariza com a dificuldade da família e agradece seu interesse em participar dessa Audiência, haja vista, que o Dr. Alexandre Miguel, Desembargador nos encaminhou todos os processos em decorrência das usinas estão ajuizados na Justiça de Rondônia. Gostaria de fazer a menção para que todos vocês tenham notícia e ciência do que acontece.

Processos em primeiro Grau ajuizados contra energia sustentável do Brasil, 890 processos, em segundo grau 520 processos, Santo Antônio Energia, 3.313 processos no primeiro grau, segundo grau 1.026 processos, total 4.203 processos ajuizados em primeiro e segundo grau, sem contar, Bigode,

que têm processos que já estão no STJ, e que de alguma maneira não está contabilizado aqui nesse documento, e 1.546 processos no segundo grau, isso demonstra que, hoje, as usinas são os maiores litigantes na Justiça no Estado Aídee Maria Moser Torquato Luiz o de Rondônia. Demonstrando que o caos decorrente do seu empreendimento afeta todos os segmentos do Estado, inclusive o Judiciário que se ver cheio de demandas. O grande número de processos judiciais demonstra pouco esforço na compensação social e/ou resolução extrajudicial, isto é, o feitiço amigável. O pouco esforço pode ser entendido como irresponsabilidade, falta de entrega que a população precisa e merece. Quanto à questão do realojamento observou-se que foi feito o pedido para realocação de famílias em quase 40% das demandas e que todas as decisões em que o juiz de primeiro grau concedeu realojamento a outra parte, a outra parte recorreu, isso demonstra alta resistência em cumprir o determinado, a Justiça determina que realoque; os consórcios, as empresas não cumprem. Vocês sabem do que estamos tratando através deste documento expedido pela Associação dos Magistrados.

O grande número de recursos demonstra que os responsáveis pelas usinas tentam postergar ao máximo o cumprimento das decisões, quem sofre com isso é a população, em especial os que tiveram impacto direto, a população ribeirinha e moradores dos bairros afetados. O impacto foi tamanho que afetou não só a moradia como todo o modo de vida, incluindo pescadores, trabalhadores do comércio, restaurantes e pousadas, afetou o trabalho de todas as pessoas. Temos notícias que os danos e prejuízos afetaram até a população de Humaitá, existindo demanda judicial na Justiça do Estado do Amazonas.

Isso daqui foi um breve relato encaminhado pelo meritíssimo brilhante, Dr. Alexandre Miguel. Quando ele se refere ao modo de vida à gente entende que a comunidade ribeirinha muitas vezes tinha sua horta, vivia do extrativismo, da pesca para subsistência e tudo isso se demonstrou prejudicado, isso muda a sua tradição, o seu modo de enxergar a vida, inclusive o seu estado emocional. Vocês entendem exatamente do que nós estamos trabalhando e tratando, afinal não estariam aqui se não fosse por outro motivo, o motivo de se sentirem lesados no dia a dia das suas vidas. Pois bem, vamos começar a nossa Audiência Pública, agradecendo a presença de todos vocês. É fundamental que a população, que as pessoas venham até a Assembleia Legislativa. Nós gostaríamos de passar a palavra, deixando claro, façam as inscrições, quem quiser falar no tempo regimental, faça a inscrição para que possa externar a todas as pessoas, à imprensa, à mídia, à televisão, que está sendo gravado aqui ao vivo, já está disponibilizado nos sítios eletrônicos, inclusive no da Assembleia Legislativa. Já temos pessoas inscritas aqui, o Pastor Rozam Rodrigues Barbosa, representante dos atingidos pelas cheias. Pastor Rozam, grande colega, militante, compromissado com a causa. Senhor Rosinaldo Lemos Ferreira, comunidade São Sebastião. Acho que eu vi o Rabelo por aqui também, está ali. Sejam bem-vindos. Senhor Rowilson Denning, o Loro, líder do Bairro Triângulo. Senhor Ualace Ferreira da Silva, morador do Bairro Triângulo, seja bem-vindo. Senhor José Rabelo Ferreira, líder da comunidade São

Sebastião, está ali à família Rabelo. E nós estamos aqui dispostos a ouvir as demais pessoas.

Ato contínuo, vamos passar a palavra ao Excelentíssimo Senhor Francisco de Sales, Secretário de Estado da Sedam, para que faça uso da palavra em seu manifesto, no tempo regimental. Senhor Secretário, a palavra está à disposição, está franqueada para que o senhor se manifeste. Se quiser utilizar a tribuna, fique à vontade.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registrar a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado Adelino Follador, conosco aqui nesta Audiência Pública.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos, seja muito bem-vindo, Deputado Adelino Follador. Há duas semanas, quando foi encaminhado o ofício, nosso Requerimento no plenário, o Deputado Adelino já se colocou à disposição para debater com todos os afetados. Eu gostaria de pedir uma salva de palmas para o Deputado Adelino Follador. Obrigado pelo seu interesse. Por gentileza, Secretário, a palavra está aberta ao senhor, por cinco minutos e se achar necessário nós ampliamos esse tempo.

O SR. FRANCISCO DE SALES – Bom dia aos presentes. Na oportunidade trago os agradecimentos e os cumprimentos do Governo do Estado de Rondônia e os nossos cumprimentos aqui ao Deputado Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública; Deputado Adelino Follador, que é um dos relatores da Lei que trata o assunto; Dr. Glauber Gaiva, Procurador do Estado, na oportunidade representando a Casa Civil; Heleone Machado, representante da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPOG. Nossos agradecimentos também ao senhor João Marcos Dutra, Coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens; nossos agradecimentos também à Dra. Carolina Dória, Professora da Unir; Dra. Geane Leite, advogada das comunidades ribeirinhas. Nossos agradecimentos também ao senhor Antônio Elesbão da Silva, Vice-Presidente da Comissão dos Moradores do Distrito do Abunã; senhores atingidos por barragem, demais representantes e entidades afins e outros aqui presentes. Dizer que o Governo do Estado de Rondônia apoia de fato a elevação da cota. Isso é um caso passivo, já discutido e com todo apoio e inclusive já falado aqui nesta tribuna em outras reuniões e audiências que aconteceram. Porém, o Estado defenda que as usinas resolvam os impasses que existem de fato, daqueles que têm os seus direitos. Então, o Estado jamais quer criar dificuldade ou fazer com que aqueles que estão, que são prejudicados, o objetivo do Estado não é prejudicar as pessoas e sim apoiar e fazer com que todos possam viver bem dando de fato a qualidade de vida à população. Precisamos de energia, isso sem dúvida é inegável, todos os senhores têm essa consciência. Agora, as pendências que existem nas usinas precisam ser sanadas, conforme aí já o Deputado Léo já foi bem claro, o número de processos que tramitam na Justiça, o número de ações na Justiça, 1º, 2º e 3º grau, então é o caminho que a Justiça é a última instância, muitas vezes, quando não chega a um denominador comum. O caminho é esse. Entendemos que precisamos resolver, que as usinas se definam e de fato possam resolver e que a gente não fique de audiências e audiências públicas, só levando para

frente e isso é um desgaste muito grande para toda a sociedade. Entendemos que aquele que tem direito, acho que tem que ser ressarcido no seu âmbito do direito. E aqui o Estado jamais tem assim, tem o desejo de sacrificar alguém. Essas são as minhas palavras, agradecer aos senhores que possam nos ouvir, dizer que o licenciamento também ele não cabe ao Estado, é um licenciamento mais amplo, é de responsabilidade do Governo Federal através do IBAMA, como é de conhecimento de todos os senhores e esperamos que uma situação positiva que possa atender a todos ele possa ser resolvido o mais rápido possível. Um abraço, muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos a fala do senhor Sales, e é nossa responsabilidade enquanto Parlamentar, Deputado Adelino, de cobrar resultados práticos, muitas vezes fica só no discurso, só no talvez, só no quem sabe e a população sofrendo o dia a dia, quem tem fome, quem tem enfermidade, quem não tem condições de renda, quem não tem lugar para morar, tem pressa, tem pressa. Eu estava comentado agora a respeito do que fazer legalmente a fim de colocar um freio nessa discussão, aqui está muito claro, nós também fizemos o convite ambas as Empresas, falaram que não iriam comparecer, porque não tem o poder coercitivo, isto é, não são obrigados pela Lei em estar presente em uma Audiência Pública. Vocês entendem isso? Porque, várias Audiências já foram realizadas e os empreendimentos não vêm discutir com a sociedade, deixando muito claro que quem deve realmente teme e quem teme não vem participar dessas discussões, infelizmente, é lamentável o que tem acontecido.

Vou passar a palavra, se o Deputado Adelino quiser se manifestar, fique à vontade, depois nós passamos a palavra para os demais.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu acho que é importante ouvir também o pessoal aqui presente, de repente até para que as autoridades depois se posicionem melhor. Mas, quero cumprimentar, parabenizar o Deputado Léo Moraes pela iniciativa, com certeza, aflição dessa sociedade, da comunidade atingida por essas Usinas é muito grande e com certeza Vossa Excelência trazendo essas pessoas e dá oportunidade das Usinas virem aqui se defender Secretário Sales, porque eu acho que é um desrespeito, é uma falta de consideração e não foi só nesta Audiência não, Deputado Léo Moraes, quando nós fizemos, que estávamos debatendo a questão, inclusive, nós sobrestamos autorização...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O Projeto das cotas.

O SR. ADELINO FOLLADOR – o Projeto das cotas de elevar 80cm eles nunca vieram na Comissão, todas as convocações que foram feitas, jamais vieram aqui. Então, eu quero deixar bem claro que também nós não somos contra não, mas somos contra da maneira que eles estão fazendo, da maneira sem cumprir os compromissos que eles já tinham na primeira pactuação e também nessa segunda, se forem elevar também eles têm o compromisso, eles têm que cumprir com todas as exigências, todas as pessoas atingidas serem respeitadas, além disso, o Estado também tem que receber sobre essa nova pactuação. E eles não reconhecem, não querem e não vem

discutir. Então, com certeza nós fomos contrários, foi sobrestado esse Projeto na Comissão de Redação e Justiça até que eles cumpram todos os compromissos, todas as pactuações que eles assumiram que atendam a comunidade, principalmente, Jaci-Paraná, região aí que foi muito atingida e com certeza nós estamos aqui para ouvir e Deputado Léo Moraes, quando propôs esta Audiência Pública nós falamos que íamos fazer tudo pra estar presente porque a gente tem que acompanhar para poder depois falar, tem que ouvir a sociedade para poder melhor se posicionar. Então, quero deixar aqui o nosso abraço e dizer que nós estamos juntos e é uma falta de respeito. Hoje, me falaram que as turbinas estão funcionando. Até que as turbinas funcionar não é o problema, o problema é elevar sem ter autorização. E isso também Sales, já falam que está acima do limite que levantaram sem essa autorização. Então, se houve isso nós temos que, o Ministério Público, as autoridades têm que investigar para que isso seja apurado, eu não acredito que fizeram isso, mas se fizeram, estão fazendo, tem que se averiguar. Então, eu estou aqui acompanhando Deputado Léo Moraes e pessoal aqui presente para a gente ter conhecimento do que está acontecendo, aqui tem um Procurador também que está acompanhando e lamentavelmente a nossa Justiça com tantos processos que já existe e não anda, não acontece, parece que as Usinas podem fazer o que querem e ninguém faz nada. Então, fazer um apelo também à justiça para que apure, acelere que nem o Deputado Léo Moraes falou, as pessoas que precisam não podem esperar. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Eu agradeço o Deputado Adelino Follador e eu quero fazer um compromisso porque compromisso tem que ser feito assim publicamente. Eu quero fazer um compromisso Deputado Adelino, enquanto eu tive mandato de Deputado, enquanto as contrapartidas não forem pagas social, ambiental, enquanto não fizer a realocação, o remanejamento e respeitar a população, meu voto nunca terá para aumentar a cota dos lagos aqui em Rondônia, com o meu compromisso. Vocês podem ficar tranquilo, isso não acontece.

O SR. ADELINO FOLLADOR – O meu também, eu assumo esse compromisso...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Chega de desgraça, para depois o leite está derramado, aí tem que ficar fazendo Audiências Públicas e as autoridades não vem.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Inclusive o senhor faz parte da Comissão de Redação e Justiça...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Exatamente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Foi 7 a 0, onde foi sobrestado, na minha opinião tinha que arquivar. Mas, nós demos a oportunidade deles cumprir todas as exigências para que a gente consiga aprovar aquele projeto.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Até fazer um esclarecimento a todos os colegas. Vocês sabem que chegou

um projeto aqui na Casa de Leis, que previa aumentar o reservatório, a cota para que se ampliasse o lago e a capacidade energética da usina. Não foi aprovado nesta Casa e lá na Comissão de Constituição e Justiça, na qual eu faço parte, o Deputado Adelino foi relator, foi sobrestado, isso é, foi retirado, retirado de pauta pelo Deputado para que as empresas justificassem a motivação junto com a Agência Reguladora, isso até hoje não foi feito. Isto é, não passou e desse jeito não passará essa discussão aqui na Assembleia Legislativa.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Nesse relatório, inclusive a Ação Civil Pública que existe no Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, a exigência do DNIT que tem que levantar um metro e trinta, ali a BR 364, 03 KM, tem que levantar a ponte, aí eles têm de cumprir tudo isso até atender as comunidades, aquilo que não foi atendido para depois a gente dar tramitação neste processo. Por isso ele está sobrestado até que eles cumpram tudo isso, caso se eles não cumprirem pelos sete votos que nós tivemos a zero na Comissão de Redação e Justiça, não vai tramitar esse processo, com certeza. A não ser que mude qualquer situação. Mas, a maioria dos Deputados, tenho certeza que praticamente 100% dos Deputados aqui assumiram o compromisso de não tramitar esse processo até que eles cumpram toda as exigências.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É isso aí. Passar a palavra e já registro a presença e agradeço o Deputado Cleiton Roque que está aqui conosco para fazer parte dessa discussão tão importante.

O SR. CLEITON ROQUE – Deputado Léo, primeiro lhe cumprimentar, em seu nome cumprimentar os demais componentes da Mesa, pessoas aqui presentes no plenário, na galeria, que nos acompanha pelos meios de comunicação. Mas, vou ser breve, rápido, apenas para cumprimentá-lo, Vossa Excelência Deputado Léo Moraes, pela iniciativa desta Audiência Pública para discutir um tema tão importante que afeta tantas famílias, como é esse tema que Vossa Excelência aborda nesta manhã de quinta-feira. Registrar aqui a presença do Deputado Adelino Follador, ambos os membros da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa e aqui eu quero ser testemunha e parabenizar, enaltecer o comprometimento e o comportamento do Deputado Léo Moraes neste tema em que trata a questão das compensações das usinas hidrelétricas aqui; também do Deputado Adelino, vocês aqui precisam saber a pressão que esta Casa recebeu, até mesmo em nível nacional para aumentar a capacidade do reservatório, foi algo que eu presenciei e vi a resistência do Deputado Léo Moraes, do Deputado Adelino Follador, batendo de frente e aqui de fato representando o interesse de vocês nesta questão, foram firmes quando falaram: não passa nenhuma matéria aqui em se tratando, enquanto não resolver essas situações pendentes que está para trás. Então, de maneira muito breve, muito rápida não podia perder a oportunidade de saudá-los, enaltecer o desempenho do Deputado Léo Moraes a frente dessa discussão e do Deputado Adelino Follador também como membro da Comissão de Constituição e Justiça, parabenizar pela atuação que é o cumprimento da nossa obrigação, fomos eleitos, vocês foram eleitos para de fato representar e defender o real

interesse da população no qual vocês têm feito com muita propriedade. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos a fala do Deputado Cleiton Roque, é muito importante a presença do Deputado Cleiton que faz um papel fundamental na interface da Assembleia Legislativa, Governo do Estado de Rondônia, Deputado que tem muito prestígio, que embora tenha o seu domicílio, residência eleitoral em Pimenta Bueno, está sempre presente nas discussões de Porto Velho, colaborando...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Vice-Líder do Governo...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Vice-Líder do Governo, somando forças para que a gente possa de fato fazer um encaminhamento e de alguma maneira auxiliar quem mais precisa.

Vamos passar a palavra em ato contínuo para Dra. Geane Leite, que é advogada das comunidades ribeirinhas, que são prejudicadas pelas usinas. Por gentileza, Dra. Geane, tem o prazo de 05 minutos, se fizer necessário a gente amplia esse tempo.

A SRA. GEANE LEITE – Primeiramente bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar ilustríssimos senhores deputados presentes; em especial o Deputado Léo Moraes, que desde tempo de sua vereança esteve atento às questões ambientais do nosso Estado, sempre que solicitamos sua presença junto às comunidades esteve presente, desde a inundação de 2014, quando desceu conosco todo o Rio Madeira, acompanhando o drama das pessoas que estavam sofrendo com a inundação, eu digo inundação, não foi uma cheia, foi uma inundação provocada determinantemente pela atuação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. Nós estamos aqui principalmente para denunciar, denunciar o não cumprimento das condicionantes do contrato de concessão de uso de bem público que a Usina Santo Antônio Energia, tem firmado com a União. Nesse contrato de concessão de uso de bem público, bem público esse nosso querido e amado Rio Madeira, fica estabelecido que: é permitido sim que a Usina explore o Rio Madeira, desde que localize e indenize as comunidades ribeirinhas impactadas, o que não vem ocorrendo, porque não vem ocorrendo? Nós adentramos já em 2013, antes da inundação de 2014, com inúmeras ações por conta dos impactos que as usinas estão provocando no Rio Madeira. Em decorrência dessas ações, nós conseguimos que o Judiciário prontamente deferisse inúmeras liminares de realocação dessas populações impactadas, essas liminares de realocação foram confirmadas não só pelo egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, mas também pelo Superior Tribunal de Justiça, ou seja, hoje o Supremo Tribunal de Justiça, atesta que a Usina Santo Antônio Energia está colocando em risco pessoas das áreas marginais do Rio Madeira, e não está retirando essas pessoas e as colocando em local seguro expondo diariamente essas pessoas até mesmo a risco de morte. Mas recentemente, acerca de um mês houve as primeiras sentenças judiciais, são resultados de três de nossa batalha judicial para que nos fossem ouvidos para que tivéssemos uma decisão, para que as pessoas fossem indenizadas. E já duas Varas da Justiça de Rondônia, proferiram

sentença no sentido de a Santo Antônio Energia, é sim responsável pela inundação de 2014, e também pelos desbarrancamentos que vem ocorrendo diariamente no Rio Madeira, desbarrancamento sempre ocorreu no Rio Madeira? Ocorreu, mas não nessa grandiosidade e isso é o que atestam as perícias judiciais que também foram realizadas nos processos, e não foi um e nem dois peritos, foram vários peritos judiciais que atestam que a Santo Antônio Energia tem culpa pelos impactos que estão sendo provocados pelas comunidades ribeirinhas. O nosso apelo aqui é para que essa Casa de Leis, essa Casa que resguarda o povo rondoniense faça com que a usina de Santo Antônio Energia, as Hidrelétricas que atuam no Rio Madeira, olhem para o povo, não queremos aqui que elas deixem de atuar porque elas já são uma realidade, já estão presente e isso não vai mudar, mas nós queremos elas cumpram com o que está determinado no contrato de concessão de uso de bem público, para que elas atuem no Rio Madeira, é necessário que elas indenizem aquelas pessoas as quais elas estão causando danos, e isso, nós vamos conseguir com a nossa união e com a união juntamente com essa Casa de Leis. O Deputado Adelino Follador, comentou sobre essas seis turbinas que já estão em pleno funcionamento de que não causariam danos, infelizmente elas já causam danos, e esse aumento de cotas se for aprovada será uma calamidade, as usinas já trabalham com nível muito alto a sua montante. Aumentando o nível desse reservatório, qualquer chuva não precisa ser chuvas excepcionais, qualquer chuva no período de vazante vai provocar a abertura abrupta das comportas e novas inundações. Então, Deputado, nós agradecemos aqui a sua disposição, de está sempre atento às questões ribeirinhas e que continue nessa luta nos auxiliando e que não seja aprovado o aumento de cota desse reservatório sem que sejam indenizados aqueles que já estão identificados como atingidos pela Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. Eu gostaria de agradecer a presença de todos aqui, todos os nossos amigos, conheço todos, lidamos com todos, e vai ser dada a oportunidade para que vocês falem, porque vocês mais do que eu, sabem o que está acontecendo no nosso querido Rio Madeira. Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado, agradecemos enormemente a Dra. Geane pela sua luta, pela sua entrega, pelo seu conhecimento, pela sua atenção dispensada a essas famílias, isso ultrapassa qualquer atividade profissional, é um desrespeito ao interesse do cliente e seu advogado, é uma causa humanitária e alguém tem que fazer. E aí você tem que fazer o bem sem olhar a quem, você tem que ter acima de qualquer coisa o interesse público preservado. E o resto é consequência e reflexo dos seus méritos e isso a Doutora tem tido juntamente com tantos outros advogados operadores do direito. A gente agradece pelo seu desprendimento inclusive pela sua atitude em fazer acontecer uma audiência dessa grandeza, muito obrigado.

Nós registramos a presença do Dr. Antônio de Castro Alves Junior, ele também é advogado de Comunidades que logo vai fazer uso da palavra respeitando aqui a sequência de todos os colegas. Me parece que foi contatado ao Ministério Público e eles vão mandar um representante depois que nós falamos aqui, para que eles estejam presentes afinal MP é freio e contrapeso da sociedade. Eu sempre acreditei e acredito muito

no Ministério Público, afinal tem poder de ingressar com ações coletivas, ações civis públicas, ações populares têm está aqui no debate de quem está sofrendo como é o caso das comunidades ribeirinhas.

Vamos passar a palavra para a Dra. Carolina Dória, professora da UNIR, para que se manifeste, a palavra está franqueada para a doutora.

A SRA. CAROLINA DÓRIA – Bom, primeiro bom dia a todos, quero primeiro parabenizar o deputado Léo Moraes pela iniciativa e também na verdade parabenizar os membros da Mesa que estão aqui para essa discussão que eu julgo ser bastante importante. Eu na verdade vim como ouvinte, fui convidada pela Marina, presidente da Colônia dos Pescadores para que estivesse aqui participando e assim que cheguei encontrei com a Dra. Geane e ela me convidou para falar um pouquinho já que o assunto é cumprimento das condicionantes, de todas as condicionantes e que eu pudesse falar um pouco da pesca. Eu conheço boa parte dos pescadores ao longo do Rio Madeira, trabalho com a pesca, estudo a dinâmica da pesca há mais de 20 anos na região, então é sobre isso que eu vou está falando agora. E reforçando que eu gostaria de parabenizar o deputado Léo Moraes e a Casa por abrir essa discussão e que realmente eles possam estar acompanhando o cumprimento dessas condicionantes. Eu gostaria só de lembrar que o IBAMA quando ele liberou, autorizou a partir da LI, LO de vários instrumentos legislativos que possui a instalação da Usina tanto de Santo Antônio e Jirau, ele também coloca no documento uma instrução normativa que é a instrução normativa 060 onde estabelece que a pesca após a implantação do empreendimento ela deve ser mantida quando alterada pelo empreendimento, ela deve ser mantida por meio de alternativas econômicas de adequações dos apetrechos locais onde é necessária essa adequação ou até mesmo compensação dos pescadores para que fosse garantida a esses pescadores a sustentabilidade da atividade econômica principal, que é para a maioria dos ribeirinhos da região do Madeira. Então eu reforço aqui o pedido aos deputados que realmente acompanhe se essas condicionantes com relação à pesca estão sendo executadas. E eu vou falar apenas de um caso que eu estou acompanhando mais recentemente, mas se você em cada uma das comunidades você vai ouvir exemplos que demonstrem isso, eu acredito que o colega do MAB vai falar um pouquinho também. Eu vou falar do São Sebastião que nós acompanhamos recentemente o São Sebastião, Triângulo, e Novo Engenho Velho que eu tive recentemente acompanhando com eles na Câmara Técnica da Pesca a situação, por quê? Essas comunidades elas estão imediatamente a jusante da barragem e era esperado que em função das grandes transformações que as Usinas provocam nessa porção do rio, era esperado que alternativas econômicas fossem implementadas nessas Comunidades. Eu não estou aqui fazendo julgamento se foi ou não foi, eu estou colocando o que os pescadores colocaram e estou pedindo, sugerindo que os deputados façam esse acompanhando. O que nós observamos como pesquisadores da Universidade? Houve uma mudança muito grande no rio imediatamente abaixo como assoreamento de uma parte, você pode observar o leito do rio tem uma parte que houve um assoreamento e outra

parte que ficou mais fundo, os pescadores dessa região sabem muito bem. Mudou completamente a dinâmica do rio nessa região, ou seja, e somado a isso a área que eles têm de pesca diminuiu bastante, então o trecho que eles pescavam antes que era na área do pedral de Santo Antônio onde foi implementada a barragem, eles não podem pescar mais. Então o trecho de pesca deles diminuiu e foi modificado, hoje eles não conseguem mais passar a malhadeira descaída que é a malhadeira da captura dos bagres, ou seja, a fonte de renda deles foi alterada, foi alterada, a gente consegue acompanhar isso. Eu vou ao mercado toda segunda e quinta têm alunos que acompanham, a gente acompanha esse desembarque diariamente, então a gente consegue observar isso. Bom, e aí o que foi feito? Essa é a pergunta, o que foi feito? Se tivesse sido feita alguma coisa a gente não estava aqui, ainda não foi feito. Então alternativas econômicas para as comunidades, eu não sei muito bem se foi feita alguma coisa em relação às demais alternativas, o que eu ouço é sobre a pesca, não foram dados outros apetrechos, não foi buscada alternativa econômica, isso a gente tem acompanhado pelo relato dos pescadores, então fica realmente difícil para eles continuarem pescando, a saída que eles tem eles estão indo pescar no pé da barragem o que é extremamente perigoso, vocês já devem ter ouvido falar dessa história aqui, colocando em risco alguns pescadores, e a reunião que se teve na câmara de pesca que é coordenada inclusive pela Sedam foi que se buscasse uma alternativa, existe alternativas, pode ser proposto manejo do pescado, pode ser gestão adaptativa, pode ser coordenada a pesca nessa região e é por isso que a UNIR se colocou em diversas vezes à disposição para buscar em conjunto essas alternativas, sem em hipótese alguma colocar em risco os pescadores. Bom, e aí com essa diminuição que coloquei aqui como exemplo o São Sebastião, Engenho Velho e o pessoal do Triângulo, eu acredito que isso também deva ser avaliado na área do reservatório tanto de Santo Antônio quanto de Jirau, na área jusante que as pessoas insistem que não é impactada, mas a gente ouve relatos que está havendo alterações, então quais são as alternativas implementadas? As condicionantes? A IT 060 está sendo cumprida? E eu gostaria só de reforçar, sei que meu tempo é curto, que isso deve ser feito baseado em estudos, não em suposições, é por isso que a UNIR se coloca à disposição, e deve ser trabalhado com os pescadores, o conhecimento da comunidade tradicional, da comunidade local é importante, por isso que várias alternativas acabam não dando certo quando você não trabalha com a comunidade local. Então novamente eu parabeno o deputado pela ação, pela iniciativa, reforço a importância do acompanhamento da Assembleia Legislativa dessas condicionantes e coloco, reforço aqui o papel da universidade como parceira no estudo e no acompanhamento. É isso. Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado, agradecemos as Dra. Carolina Dória, a professora da UNIR demonstra preocupação em relação a condicionante da pesca e também colocar à disposição a academia, a universidade que geralmente é uma chuva de ideias que sai da universidade onde tem uma capacidade técnica, teórica fundamental para empreender e inovar através da inovação a gente também pode alcançar novos horizontes para essa população tão grande.

Muito obrigado doutora por estar aqui conosco, sintase sempre bem-vinda e em casa para vir aqui discutir conosco na Assembleia Legislativa, nosso gabinete está inteiramente à disposição. Muito obrigado.

Vamos passar a palavra agora para o senhor Heleone Machado que é representante da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Rondônia para que faça uso da palavra, em 05 minutos.

O SR. HELEONE MACHADO – Bom dia a todos. Eu vim aqui representando a Secretaria de Planejamento do Estado, fui até pego meio de surpresa, mas eu quero agradecer a V.Ex^a Deputado Léo Moraes e parabenizar por estar fazendo essa, ter chamado esta audiência pública em decorrência desse grave problema. Eu vou falar, vou ser bem breve, primeiro de forma pessoal eu acho que é consenso de todo mundo que existem grandes passivos que ambas as usinas deixaram aqui no Estado. Como graduando de Engenharia Florestal, eu sei que o passivo ambiental foi enorme, mas o nosso caso aqui é um problema social e de fato eu concordo de ponto a ponto com tudo aquilo que foi colocado aqui em discussão e como instituição eu coloco à disposição a Secretaria de Planejamento do Estado a atender todas as demandas. Eu garanto que o nosso Secretário George Braga, Deputado Léo Moraes, vai estar à inteira disposição assim como sempre o fez. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado. Vamos ouvir o Senhor Antônio Elesbão da Silva, que é vice-presidente da Comissão dos Moradores do distrito de Abunã.

O SR. ANTÔNIO ELESBÃO DA SILVA - Gostaria de agradecer a presença de todos. Saudar o nosso Deputado Léo Moraes, por essa atitude de coragem desse bravo homem aqui de Porto Velho. Dizer que nós estamos lá no Abunã. Eu queria fazer o encerramento porque tem uma música aqui, gente, que é Meu País. Eu ia fazer o encerramento, Deputado, mas como o senhor me pediu eu já vou fazer porque pelo menos dá mais ânimo no nosso povo que está aí. Então, é o seguinte eu estou com uma documentação aqui entre dez casos, o que é mais cruento, Deputado, é de uma viúva lá de Mutum. Então essa área dela foi atingida e a Jirau irresponsavelmente, irresponsável, porque eu digo é irresponsável, porque ela desapropriou uma viúva, tirou toda aquela situação daquela pobre mulher indefesa porque ela não tem voz, entre dez estou escolhendo ela, certo? E estou com a documentação dessa viúva e, a pergunta que se faz é por que eles não respeitaram com dignidade a desapropriação? Então eu gostaria que o rapaz lá colocasse àquela música ali que a gente escolheu que é o tema do nosso Abunã e, trouxemos para que vocês vissem o que está acontecendo com o Abunã, parte dessas pessoas que também estão aguardando as decisões que podem sair daqui, porque se ficarmos calados, gente, é pior para nós. Eu trouxe algumas imagens do Abunã que, hoje, está quase virando museu, o Abunã pode virar um museu. Nós temos uma torre de celular que lá instalada que não funciona. Nós temos um trem parado na porta da praça lá que não funciona. Nós temos um posto que é para dar assistência àquela comunidade que funciona em precária situação. Nós temos a banda larga que passa para o Acre que só funciona lá no Acre, mas lá não fica nada, sequer

nós temos celular para usar no Abunã. Nós temos um frigorífico que trouxe grande perspectiva de emprego para aquela região também está fechado, e sabe por que meus amigos? Pelo impacto simplesmente do Jirau e, ela não está nem aí para àquele povo. Eu gostaria que a nossa Casa de Leis tivesse respeito com essa população tão sofrida. E eu agradeço demais esse parceiro, esse homem de coragem que é o Deputado Léo Moraes, esse sim é digno de trazer à tona esse sofrimento e eu como filho de soldado da borracha e defensor agora do Abunã, eu vou falar agora para o senhor, Deputado, que o senhor tem um parceiro lá certo, para trazer as nossas reivindicações que é o mínimo necessário possível para dar dignidade àquele povo, certo. Então, nós fomos eleitos lá, eu não quis nem ser o presidente dos moradores lá, eu peguei simplesmente a vice-presidência. Mas o senhor pode contar comigo, Deputado, para em qualquer lugar, porque essas usinas têm que ser enfrentada de frente sim, por isso que eu trouxe essa música que se chama Meu País, eu queria que vocês escutassem com bastante carinho e agradecer a vocês que eu quero ser bem breve para não trazer muita... Mas eu gostaria que vocês ouvissem essa música com bastante carinho que é realmente aquilo que faz a gente dizer o quê que há no meu país. Pode tocar, obrigado.

(Apresentação de vídeo)

O SR. ANTÔNIO ELESBÃO DA SILVA – para que toque no coração dos senhores e dos nossos Deputados, certo? Essa é a mensagem lá do Abunã para todos vocês. Com muito carinho mesmo, eu agradeço ao Deputado Léo Moraes, com essa coragem, e estou confirmando com o senhor, Deputado, o senhor tem um grande parceiro. Meu pai foi 17 vezes para o porão do navio como soldado da borracha, eu ainda não fui nenhuma vez. Então nós estamos encarando isso aí como um grande desafio nosso e estamos do seu lado, como parceiro, viu Deputado? Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado. Obrigado pelo Antônio Elesbão, cabeça branca, e a gente entende também o ato de se emocionar num momento como esse, ele seringueiro tem sua história toda cravada aqui neste Estado, nesta região e é natural que num momento desses fique emocionado.

Passar a palavra para o nosso colega João Marcos Dutra, Coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens. É um ativista, lutador aí há muito tempo, em relação a essas usinas. Por favor, a palavra está concedida para 05 minutos e se achar conveniente a gente amplia.

O SR. JOÃO MARCOS DUTRA – Bom dia a todos, bom dia à Mesa e a todos os atingidos, no plenário. O tema da audiência é sobre os descumprimentos da Santo Antônio. Eu até fiquei surpreso com tantos descumprimentos de medidas judiciais porque a gente acompanha mais a Justiça Federal e infelizmente um dos maiores motivos dos descumprimentos têm sido a postura do Judiciário. No pano de fundo do problema do rio Madeira, a gente tem um processo de licenciamento que foi completamente atropelado, tratorado pelo Ibama, pelo Ministério do Meio Ambiente e quem precisasse atropelar, quando alguém se colocasse contrário aos absurdos que são feitos aqui. E o que sempre deu muito conforto para que o

Ibama fizesse dessa forma, foi a postura da Justiça Federal, especialmente da 5ª Vara da Justiça Federal aqui em Rondônia, que é a Vara Agrária Ambiental e o TRF 1. Recentemente a gente teve uma decisão que surpreendeu a gente, que foi o pedido de não renovação da Licença de Operações de Santo Antônio, por conta da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. A decisão deixou a gente contente, mas ao mesmo tempo preocupado, porque eles pediram também que se retirassem todas as pessoas ao longo da ferrovia e a gente pergunta para onde essas pessoas vão? Os juízes também estão preocupados com a situação que essas pessoas vão ficar? E como ficam os seres humanos? Porque inúmeras e inúmeras ações civis públicas feitas pelos Ministérios Públicos em relação à pesca, em relação ao Joana d'Arc, em relação a Jaci-Paraná, em relação aos reassentamentos, não tiveram decisões favoráveis aos atingidos no mesmo sentido. Praticamente todos os programas socioambientais do licenciamento ambiental federal que diz respeito às pessoas, aos atingidos, eles têm sido sistematicamente descumpridos ao longo desses anos. E isso não de agora, mas desde a Licença de Instalação. Se os programas fossem exigidos a rigor, Santo Antônio e Jirau não estariam operando hoje ou não teria iniciado a operação quando iniciaram. Porque desde a Licença Prévia e da Licença de Instalação uma série de medidas não vêm sendo cumpridas e os problemas vão se sobrepondo aos problemas anteriores e se transformando a cada dia em problemas maiores. Todos os 26 programas socioambientais do Plano Básico Ambiental de Santo Antônio estão na Licença de Operação colocados como condicionantes específicas. O Programa de Monitoramento e Apoio das Atividades Pesqueiras que até agora a gente não viu nenhuma medida real, efetiva de apoio aos pescadores atingidos, ele vem sendo descumprido. Sequer o resultado dos monitoramentos desses programas é apresentado às comunidades. As pessoas mais interessadas em ter os resultados dos monitoramentos que são os atingidos eles não recebem esses monitoramentos, e só pelo fato da Santo Antônio não apresentar esses monitoramentos ela está descumprindo outra condicionante que é uma das condicionantes mais importantes do licenciamento ambiental que é o Programa de Comunicação Social. Ela também ignora o Programa de Comunicação Social quando ela se nega vir aqui na Audiência Pública prestar esclarecimento para a sociedade em relação ao descumprimento dos Programas Ambientais e o monitoramento de todos os programas, não só da atividade pesqueira eles não têm sido apresentados ao público mais interessado. Existe um programa específico sobre o monitoramento dos fenômenos hidrossedimentológicos que são os fenômenos de desbarrancamento que foram potencializados com a operação da hidrelétrica, principalmente, a jusante.

Alguma vez, alguma comunidade aqui presente no Plenário teve a Santo Antônio na comunidade para apresentar o Programa de Monitoramento do desbarrancamento? Eu acredito que não. E é muito fácil saber o porquê que eles não fazem isso. Porque a Arquitetura do Licenciamento Ambiental Federal Brasileiro, é uma Arquitetura feita para as empresas não resolverem os problemas da sociedade e dos atingidos; é a galinha, é a raposa cuidando do galinheiro. Quem faz os programas, tem a obrigação de executar é o empreendedor e

o próprio empreendedor monitora e apresenta os relatórios do que ele está fazendo. O Corpo Técnico do Ibama que fica em Brasília é extremamente reduzido e a gente não tem a menor confiança neles para que avaliem esses relatórios, a única coisa de identificar que eles não estão fazendo o que os programas preveem que eles façam é apresentar para a comunidade porque a comunidade vai ter muita coisa para dizer, para desmentir o que os relatórios deles estão dizendo, porque na realidade eles não fazem nada. Eles não fazem nada em relação também ao Programa de Monitoramento e Controle das Macrófitas Aquáticas. Hoje a infestação de mosquitos é apresentada como uma novidade, como algo que surgiu do nada, como se tivesse sido um simples descontrole. Não é um descontrole casual porque a empresa desde o início do empreendimento ela se comprometeu a monitorar o crescimento das plantas aquáticas, as macrófitas onde acontece a reprodução dos mosquitos mansonina, porque esse acontecimento, esse impacto ele já é conhecido de outras hidrelétricas como a Hidrelétrica de Tucuruí onde houve a infestação de mosquitos após o preenchimento do reservatório. Se hoje tem uma proliferação de mosquitos descontrolada ao redor dos reservatórios é porque a empresa se omitiu de fazer a responsabilidade dela que era o controle das plantas aquáticas. Todos os programas que exigem monitoramento eles têm acontecido da mesma forma, sequer, o Programa de Remanejamento da População Atingida, os relatórios atem sido apresentados pelas famílias reassentadas. As famílias dos reassentamentos não sabem o que a empresa apresenta sobre a sua comunidade para Brasília e não tem o direito de contradizer esses relatórios, por isso o processo de licenciamento ele segue adiante sem nenhum empecilho no seu caminho. Apesar de todos esses descumprimentos e da luta das famílias ao longo de todos esses anos a Santo Antônio veio, como foi dito aqui, com Projeto para ampliação de cota e esse Projeto tem sido tratado como simples ajuste numa máquina qualquer, como se tivesse aumentando uma pequena peça, uma pequena parte do Projeto. Acontece que a escala da Hidrelétrica de Santo Antônio, não é uma escala pequena, é um Mega Projeto, é um Mega Projeto que sempre foi muito questionado desde o início da obra por ser um dos maiores rios do mundo. E a ampliação de 06 turbinas ela não é um simples ajuste porque turbina de Santo Antônio é uma das maiores turbinas de hidrelétricas do mundo é como se uma turbina fosse uma PCH. Então, por mais que você não tenha ampliação do reservatório você tem uma grande modificação no ambiente como se fosse incluída só uma turbina. Porque como é que a turbina funciona? A energia mecânica da água ela é transformada em energia elétrica, então você tem energia mecânica passando pelas turbinas, você tem um canhão de energia mecânica apontada, sendo disparada para a cidade, seja disparado para o Triângulo, sendo disparado na Ferrovia Madeira-Mamoré, sendo disparado em cima de São Sebastião, de Maravilha. Então, você tem uma grande transformação. A escala de produção de energia dessa ampliação é escala de construção de uma nova hidrelétrica no fator energético. A própria empresa diz que ampliação equivalente à geração da Usina de Foz, Chapecó e São Manoel, em Teles Pires. Então, trata-se de uma grande ampliação e uma grande ampliação que a gente não consegue sequer dimensionar os impactos

que podem causar. Porque hoje o Ibama ele é incapaz de dizer os impactos que a obra tem com arranjo atual, com arranjo original. Por exemplo, temo a situação do Lençol Freático em Jaci-Paraná. Desde 2013, antes da cheia de 2014, insistentemente as famílias denunciam a elevação do nível freático e o encharcamento do solo devido a formação do reservatório de Santo Antônio, que tem causado transbordamento de fossas, a contaminação das fontes de água potável, a instabilidade hidrogeológica das edificações dos imóveis em Jaci-Paraná, vários tem apresentados fissuras, rachaduras, assoreamento através dos poços, uma situação de calamidade, de extrema urgência, de risco e o Ibama, sequer é capaz de dizer quantas famílias e área abrangida por este impacto. E um dos motivos que o Ibama é incapaz de dizer os impactos, é porque o reservatório hoje, ele está descontrolado. A construção de uma hidrelétrica aqui na nossa região, ela tem características específicas, porém, o projeto, a forma de construir, ele é baseado em projetos de outras regiões. Muitos dos estudos de impactos da experiência acadêmica em que a gente sobre hidrelétrica, são de hidrelétricas em outras regiões, com outras características, inclusive em outros países, em zonas temperadas, em solos de formação rochosa, de formação planáltica, de formação montanhosa. Quando uma hidrelétrica é construída nesses lugares, o lago, ele é quase que encaixado na região de construção. Você tem uma região de rocha, o solo é firme, você não tem uma expansão do reservatório, como a gente tem visto aqui na região, onde o solo, ele é totalmente diferente, ele não dar forma a água, a água dar forma ao solo. O quê que a gente tem visto é que a água tem, tem se expandido tanto por baixo, quanto por cima do solo. Você tem um processo lento de infiltração por causa que a formação aqui é sedimentar arenosa e argilosa. Com essa infiltração da água no solo, do encharcamento, você tem a mortandade da mata ciliar e com a mortandade da mata ciliar, você tem a aceleração do processo de assoreamento que acumula sedimentos no fundo do reservatório, de forma que você tem o espalhamento do espelho d'água ao longo dos anos. Deputado, esse ano foi feito um artigo por uma pesquisadora brasileira e três americanos, utilizando dados de landsat, que é um sistema de satélite, o sistema de coleta de dados de imagem de satélite que são imagens multiexspectrais criadas para analisar o globo terrestre em alta definição. E eles usaram uma série de dados de 2005 a 2016 dos reservatórios de Santo Antônio e Jirau e eles apontaram o seguinte: que houve um aumento de 64.5% do reservatório, além do previsto no estudo de impacto ambiental e um alagamento de 172 km de floresta, quadrado de floresta além do previsto no estudo de impacto ambiental. Portanto, a gente tem um processo lento de expansão do reservatório. Nem o Ibama, pode dizer o que vai acontecer. Por isso eu fico muito preocupado, fiquei muito preocupado o ano passado quando eu fiquei sabendo desse Projeto de Lei tramitando aqui na Assembleia, que abria o caminho para que a Santo Antônio pudesse ampliar a cota, inclusive a gente teve uma disputa, uma briga ferrenha aqui porque o Governo do Estado estava defendendo com unhas e dentes este projeto. Por mais que o licenciamento não seja federal, eu acho que o Governo do Estado, o Estado, a Assembleia Legislativa, tem sim muito a fazer para ajudar os atingidos. Porque o único, o único lugar onde a Santo Antônio pode ser

pressionada, onde dói na Santo Antônio é o bolso dela e essa ampliação para aumento de cota, ele é simplesmente para gerar mais lucro para Santo Antônio energia. Em nenhum momento esse projeto vai beneficiar o Estado de Rondônia, ele simplesmente vai deixar a empresa despreocupada em cumprir com os compromissos que ela fez anteriormente a ampliação de cota. A energia que vai ser gerada com ampliação de cota, ela não vai vir para Acre e para Rondônia, isso é uma grande mentira, isso foi colocado aqui nesta Casa, na presença da Santo Antônio e ela não conseguiu explicar, porque o sistema elétrico, ele é dividido em geração, transmissão e distribuição, a Santo Antônio é uma empresa geradora, ela não distribui energia, ela não transmite energia, ela não pode dizer para onde a energia vai, a energia vai para o sistema interligado nacional e ela vai ser vendida por leilões regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Então, o Estado de Rondônia não ganha nada com ampliação de cota, ele só ganha mais flexibilização para Santo Antônio, só ganha mais prejuízo e mais impactos. Então, a gente não tem como aceitar qualquer justificativa do Governo do Estado apoiando esta iniciativa de ampliação da cota como foi feito o ano passado. Então, quero reafirmar aqui o que foi colocado pelo Deputado Adelino, Léo de Moraes e conclamar que os outros Deputados, que o ano passado eles estavam a favor desse projeto, que eles têm tempo de mudar de lado e de ficar do lado do povo. E também queria pedir ajuda, apoio desta Casa, porque antes de discutir ampliação de cota com órgão licenciador que é o Ibama, tem outras questões referentes as Agências Reguladoras que não foram sanadas. Por determinação da Política Nacional de Segurança de Barragens que é uma Lei Federal de 2010, toda barragem no país tem que ter um plano de segurança, para não acontecer o que aconteceu em Mariana, principalmente porque aqui não é hipótese, aqui já teve um desastre em 2014. E até hoje a Santo Antônio, nem Jirau, apresentou plano de segurança de barragem para a Agência Reguladora, como que essa Agência Reguladora tem moral para dar aval para a hidrelétrica que alagou metade de Porto Velho, aumentar cota sem exigir dela antes o plano de segurança de barragens. A gente queria que essa Casa, se possível trouxesse aqui a Agência Nacional de Energia Elétrica para explicar como ela tem coragem de permitir o aumento de cota, sem cobrar antes o plano de segurança de barragens? E as áreas de risco que foram determinadas ao redor dos reservatórios, tanto o Distrito de Abunã quanto Jaci-Paraná, eles foram vinculados a uma cota de risco que está inserida nas ações pendentes da outorga de utilização dos recursos hídricos, das duas hidrelétricas, a não realocação das famílias em áreas de risco em Jaci, e Abunã e descumprimento da outorga de utilização dos recursos hídricos. E as empresas, elas precisam sanar as situações de risco na configuração atual do reservatório antes de solicitar qualquer tipo de modificação, porque a área já é de risco e uma alteração, ela vai incrementar o risco que essas famílias estão vivendo, então, não é possível permitir qualquer projeto de ampliação de cota. E por último, eu queria também informar, aproveitar a presença de vários atingidos aqui sobre uma medida da Agência Nacional de Energia Elétrica que vai prejudicar muito o Estado de Rondônia, a população de Porto Velho. E a gente tem uma Audiência aqui marcada nesta Casa, dia 24 de agosto. Apesar de todos os problemas que as

hidrelétricas têm causado a Agência Nacional de Energia Elétrica ainda reduziu as compensações financeiras dos recursos hídricos que os municípios recebem. O Município de Porto Velho, ano passado, recebeu cinquenta e três milhões em royalties de Jirau, e Santo Antônio, e a Agência Nacional de Energia Elétrica; determinou uma redução de quase 30% desse repasse por conta de uma atualização de uma tarifa que é utilizada como referência para o cálculo dos chamados royalties. Com isso, só o município de Porto Velho, vai perder por ano pelo menos doze milhões na sua receita, município de Itapuã, município de Candeias, e o Governo do Estado recebe o equivalente também vai perder esse orçamento. E dia 24, a gente vai ter uma Audiência aqui para mandar uma moção para Bancada Federal, pedindo a revogação dessa medida da ANEEL. E a gente conta com a presença de todos, para discutir que a gente não aceita a diminuição das compensações financeiras, mas também discutir para quem elas vão. Porque hoje, não tem um Projeto de Lei para isso; o Governo do Estado, e o município têm recebido muito recurso, e esse recurso poderia está sendo utilizado, por exemplo, para fazer as pesquisas nas comunidades que são atingidas que a usina não faz, para comprovar o nexo causal, por exemplo, com relação à qualidade de água em Jaci-Paraná, a infestação de mosquitos. E aí fica uma questão para Sedam, para o Governo do Estado, e também poder estar apoiando os atingidos, na avaliação técnica científica, porque esses problemas que o povo de Rondônia passa, também são problemas do Estado na nossa compreensão, é interesse público. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A gente agradece ao João Marcos Dutra, do MAB, Movimentos dos Atingidos por Barragem. É sempre esclarecedor ouvi-lo, é importante, que faz uma defesa intransigente da sociedade, das pessoas que precisam desse suporte técnico. Enfim, nós temos Lei, já disponíveis em relação à cotização e ao parcelamento dos royalties para cada ente e também para cada órgão do poder municipal e estadual, nós temos que cobrar é o cumprimento, a decisão de que se faça realmente o que está previsto na Lei, coisa que não acontece atualmente.

Queria registrar a presença e agradecer a participação do senhor Vereador Ednaldo Borges, da Câmara Municipal de Vale do Anari, assim como o seu Secretário Geral da Câmara Oriel Klamerick, sejam bem-vindos, fique à vontade aqui na Assembleia.

Passar a palavra rapidamente, até porque nós já temos alguns encaminhamentos, e não faz o menor sentido, nós promovermos uma Audiência Pública, se não encaminhar, se não ter de alguma maneira a deliberação, a unanimidade a grande maioria e daqui a gente encaminhar as autoridades dos poderes correspondentes, seja o Judiciário, Executivo e também os órgãos, eu quero fazer a leitura no momento certo para vocês.

Vamos passar a palavra para o Senhor Wagner Ortiz da Silva, Presidente do Bairro São Sebastião II, para que no tempo de dois, 3 minutos por gentileza se manifeste, deixe aqui registrado a sua opinião assim como do bairro, seja bem-vindo. Queria registrar que hoje, nós teremos uma Sessão Extraordinária a ser votada alguns projetos de interesse público e por conta disso, nós estamos com o prazo um pouco

enforcado. Ainda assim, nós não abrimos mão de fazer a nossa Audiência Pública para que a gente possa cobrar depois das autoridades correspondentes. Então é bom que a gente tenha uma celeridade aí.

O SR. VAGNER ORTIZ DA SILVA – Bom em primeiro lugar bom dia a todos, e bom dia aos Presidentes de Associações e ao nosso deputado que está dando força aqui para nós, que nós precisamos dessa força mesmo viu deputado Léo Moraes, continue assim lutando a favor do povo, que o povo precisa muito do senhor viu. E estou aqui também agradecendo a Mesa, os outros deputados que não conheço direito, desculpe. Bom, eu vim falar sobre a minha comunidade, sobre a enchente que teve em 2014. Esse rio Madeira realmente fez um estrago tudo aqui nas Comunidades, no bairro São Sebastião II, Balsa, Milagres, Nacional, e no Estado todo quase né, no interior que nem o povo do interior também está aqui presente querendo seus direitos. Então vocês deputados, está certo tem que lutar pelo povo, especialmente os deputados, que nós estamos aqui para cobrar de vocês, o trabalho de vocês. E outra coisa deputado, eu vou aproveitar um pouquinho aqui sobre o nosso bairro Nacional que hoje o povo está sofrendo sobre água, nós temos tanto água aqui em Rondônia, mas o Nacional não tem água, certo? Tem as tubulações já estão feitas as tubulações, mas a água não chega. E também outra reclamação pequena sobre a nossa ponte que vai para o bairro DNIT também essa iluminação está sendo muito perigosa, não tem iluminação nossa comunidade está tendo muito assalto, os alunos e outras pessoa também estão sendo atingidas. Então gostaria de falar isso, pedir para o senhor olhar por nós ali viu deputado, dá essa força para a gente trazer água para nós, por que o rio Madeira nós temos água até demais, só que infelizmente o Nacional está sem água e isso ruim para nós. Então eu gostaria que o senhor desse essa força para nós e muito obrigado a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado senhor Wagner. A gente está à disposição para atender e colaborar, lutar junto com vocês, o interesse nosso é esse, e é um dos grandes problemas é a água tratada, é o saneamento básico, existia uma proposta de sair dos 2% e chegar aos 99% por enquanto ficou só em falácia, nada disso se concretizou e nós sabemos disso. Gostaria de passar a palavra para o senhor Neudimar Costa, moradora do bairro Triângulo. Eu quero fazer a leitura do encaminhamento que é importante, o Bigode também está aqui na nossa lista. Agradecer a presença do senhor vereador Buiú, Câmara Municipal de Colorado d'Oeste, obrigado por sua presença.

O SR. NEUDIMAR COSTA – Bom dia pessoal, meu nome é Neudimar poucos me conhece, mas também muitos me conhecem do bairro Triângulo, nascido e criado no bairro do Triângulo, filho de ex-ferroviário, passamos tantas enchentes, tantas dificuldades no bairro do Triângulo. Estou aqui para reivindicar os direitos nossos, de todos os moradores, de todos os atingidos. Estamos aqui confiando na Justiça dessa Assembleia Legislativa, e confiando que os nossos deputados irão realmente chamar a atenção das usinas para os danos causados as nossas moradias. Nós do Triângulo fomos os mais

impactados dessas enchentes, dessa catástrofe que houve em 2014, não vamos só jogar a culpa na natureza como muitos dizem que foi culpa de São Pedro que choveu bastante na cabeceira dos rios, para quem nasceu no Triângulo sabe que isso é mentira. Nós passamos muitas enchentes, passamos a maior enchente de 97 no bairro Triângulo e ninguém saiu do bairro Triângulo vivíamos felizes, fartura peixes. E hoje estamos aqui para reivindicar um direito que é nosso, minha casa caiu, hoje estou morando de favor na zona sul para quem nasceu no bairro do Triângulo, minha casa saiu agora no sorteio o meu nome, provavelmente eu vou pagar a minha casa, uma casa que eu tinha e que eu não pagava, minha! Podia dizer que era minha, hoje talvez eu possa ser contemplado quando sair o meu nome, mas provavelmente também eu vou pagar por ela né. E vocês acham que isso é justo? Uma casa que é minha pagar? Como muitos estão pagando apartamento? Não é justo! Nasci naquele Triângulo, eu acho que os deputados se tiver algum que brincou naqueles trens velhos ali, descarrilados na Vila da Candelária, parabéns por vocês terem brincado, mas eu nasci e me criei brincando naqueles trens velhos, onde meu pai muitas vezes viajou até Guajará-Mirim para buscar mercadorias para transportar para fora do Brasil. Andei pelo aquele cemitério da Candelária, o Cemitério dos Ingleses como o meu amigo ali o Pastor Rozam nascido e criado também no bairro Triângulo e hoje estamos aqui reivindicando um direito que é nosso, meus amigos, vamos lutar. Nós estamos aqui para apoiar, mas sim para reivindicar e aqueles deputados que puderem lutar ao nosso lado estaremos juntos novamente e sempre lutando com a força. Nós estamos aqui pacificamente ainda, mas se for o caso da gente fechar aquelas usinas vamos fechar porque o povo unido jamais será vencido e é essa união que nós buscamos juntamente com o povo e juntamente com a Assembleia da nossa casa porque o que nós vemos é que a Santo Antônio Energia dança e sapateia em cima da nossa Justiça, isso é um pensar meu, se muitos pensam dessa maneira parabéns porque eles vem faz o que quer, fazem como quer e quando quer, ganhamos processo na Justiça, nosso processo foi para Brasília perderam lá todos os recursos, voltou para o nosso Estado e até agora nada foi se cumprido, estão empurrando com a barriga como vem empurrando a todo tempo, estamos aqui irmãos vamos nos unir, vamos brigar pelos nossos direitos. Meu nome é Neudimar, morador do bairro Triângulo, nascido e criado e filho de ex-ferroviário, prazer passar essas informações para todos vocês. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado Neudimar, obrigado pela tua atenção, obrigado pela tua fala e pela tua luta, está certo tem que defender os teus, o teu local, Baixa da União, Cai N'Água, Triângulo, áreas extremamente afetadas pela grande cheia de 2014 e principalmente não só pelo fenômeno natural advindo de forças Divinas, mas a força do ser humano que muito prejudica o nosso povo, infelizmente. Senhor José Rabelo Ferreira, falar aqui com a gente e logo depois o Bigode também está inscrito, além de outros colegas. A gente tem um prazo regimental de horário, então só estou preocupado porque a gente tem que fazer a leitura do encaminhamento. Porque senão não valeu a pena, não é Rozam, fazer isso daqui e não fazer o encaminhamento não

valeu a pena, tem que ter um compromisso deste Poder, da Assembleia Legislativa. Senhor Rabelo.

O SR. JOSÉ RABELO FERREIRA – Bom dia a todos. Meu nome é José Rabelo Ferreira, eu sou da comunidade São Sebastião margem esquerda do rio Madeira. Neste momento eu quero cumprimentar a nossa Casa de leis e o nosso Deputado Léo Moraes e os demais deputados aqui presentes. Pessoal, eu nasci e me criei em São Sebastião margem esquerda do rio Madeira e é uma comunidade centenária que nunca houve um desgaste da natureza tão grande como aconteceu após essa usina Santo Antônio começar a sua geração. Em 2010 eu construí uma cerca na minha propriedade onde ficou mais ou menos 30 metros da minha cerca para a margem do barranco e o ano passado eu tive que mudar essa cerca porque o desbarrancamento é tão grande que foi embora aquela parte de terra, isso sem contar também com o prejuízo que nós tivemos tanto material quanto pessoal na cheia de 2014. Eu quero lembrar deputado, que o senhor esteve presente na nossa comunidade no ato da cheia, no ato da inundação onde em decorrência desse desastre provocado pela usina eu posso dizer sem medo de errar eu perdi dois membros da minha família porque eles foram realocados onde a minha mãe nascida e criada na beira do rio foi morar num quarto de pensão locada pela usina, em decorrência disso ela pegou um AVC e foi fatal, isso foi demais, eu queria ter perdido tudo, mas queria estar com a minha mãezinha presente. Infelizmente está na Justiça onde a Dra. Geane e Dr. Junior tem trabalhado constantemente, mas até hoje a maioria da nossa comunidade e também das margens do rio Madeira estamos na dependência da Justiça. Então eu conto com esta Casa de leis, conto com o seu trabalho de deputado para nos ajudar porque com certeza com o apoio de vocês e com o trabalho da Dra. Geane e Dr. Junior nós vamos conseguir alguma coisa perante esse monstro desse consórcio que é o Santo Antônio Energia. Meu muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É um prazer muito grande ter o senhor aqui conosco, viu seu Rabelo. Conheço a sua história, a sua trajetória, a sua família, a sua comunidade, é um lugar sempre foi muito rico, principalmente de pessoas ricas, ricas de espírito, ricas de vontade de trabalhar e de dar bom sustento aos seus. Muito obrigado. Passar a palavra e vamos respeitar o tempo de 03 minutos para que todos falem. Passar a palavra para o Bigode que está aqui há algum tempo para que fale aqui conosco, por gentileza. Logo depois a senhora Lídia Barbosa, Pastor Rozam também na sequência.

O SR. BIDODE – Bom dia a todos, bom dia a todas. Eu sou Bigode do Joana D'Arc III, da Linha 17, eu quero dizer para vocês, meu amigo em primeiro lugar eu quero cumprimentar todas as autoridades aqui na mesa, rapidinho para não ter muito, eu quero dizer para vocês que eu fico muito triste numa audiência pública dessa aqui a gente vê a quantidade de deputados, enquanto eu acho que se eu não sou meio burro são 24, tem parece que 02, 02, isso é muito importante para vocês ver o interesse que a maioria deles está tendo conosco, mas não vai muito longe não que isso é costume acontecer isso. Só quero dizer para vocês que quando as usinas começou dentro daquele Joana D'Arc eu vendia 06 bois por semana,

praticamente 01 por dia, hoje eu abandonei lá porque eu não vou morrer por causa daquilo, vim para a cidade, adoeci da coluna aqui também, hoje estou encostado, não posso mais voltar para lá porque o carapanã ninguém aguenta, a minha mulher também tem problema de saúde, estou aqui na cidade mendigando, vendendo uma banana e um quilo de farinha lá na Alexandre Guimarães, num imóvelzinho que eu tenho lá. Quero dizer para vocês também que essa usina nunca respeitou Assembleia, nem a Câmara de Vereadores, e nem a Justiça, porque eu já vi mais ou menos umas quatro ou cinco audiências públicas na Câmara de Vereadores o qual o Léo Moraes é testemunha disso, aqui eu acho que umas três ou quatro e nada resolvido, vocês sabem por quê? Os homens são poderosos, e a Justiça de Porto Velho do Estado de Rondônia ainda não conseguiu passar, derrubar eles, não sei por que, mas não conseguiu. Eles são poderosos, veja bem o que esse povo fez, no lago Reservatório, aqui deve ter alguém do Joana D'arc junto comigo, o quê eles fizeram, a dona Lenir está aí, a irmã Lenir, o quê eles fizeram no lago da Santo Antônio, o lago de Reservatório. E deu um canarana, Deputado Léo, o canarana cobriu tudo, ninguém pode mais pescar, tem um canarana mais ou menos de 70 centímetros em cima da água, não passa uma canoa, para você pescar para comer um peixe você tem que cortar aquela canarana com motosserra, você imagina, Sales, um motosserra cortando água, no canarana dentro da água o perigo que corre. E você sabe o que está acontecendo, que isso é bom para você também, você mandar investigar o que está acontecendo. O pirarucu, você sabe que ele tem que respirar, de momentos em momentos tem que respirar, pois ele está morrendo lá embaixo porque ele não tem forças para furar o canarana e respirar em cima. Outra coisa, essa denúncia vai ficar no ar também, vocês têm que mandar verificar também, Deputado, lá tem um amigo meu na usina, trabalha lá dentro, não vou citar o nome para ele não ser perseguido. Amigo daqui, de idade também igual a mim, ele disse, "Bigode, todo dia nós temos duas voadeiras grandes, todo o santo dia eu entro lá não tem negócio de celular para não gravar é tudo revistado com aparelho de metal, têm duas voadeiras grandes tirando os peixes que morrem na pancada da barreira na parede da usina, pelas turbinas, tirando e colocando dentro de uma canoa e é jogado fora numa caçamba coberto com lona para ninguém ver". Disse que é Jaú com mais de dois metros, todos os peixes grandes eles batem e lá morrem engatados. Tem esse camarada amigo meu que não vou citar o nome de jeito nenhum, ele tira coma a voadeira dele, com duas voadeiras, ele tira esse peixe grande e joga numa caçamba, não é mais o rio e vão enterrar. Isso precisa ser apurado, aqui tem gente do Sedan que tem que apurar isso, o Governo do Estado tem que apurar isso, eu já denunciei isso aqui umas três vezes e nada é feito, não é feito para o cidadão, você sabe por que não é feito? Porque ela é uma empresa forte, uma empresa poderosa, isso é verdade manda investigar, isso é o Ministério Público Federal que tem que investigar isso o Ibama não vai investigar, a Sedan também na vai, você sabe por que não vai, não vai ser investigado isso, não vai ser investido o lago que está coberto de canarana com cinquenta ou sessenta centímetro de canarana e nós não podemos pegar um peixe para comer, e esses caras quer que a gente viva lá para quê, esses caras mentem, esses caras

ofereceram agora 18 milhões para a gente ficar com a boca fechada, um acordo miserável, um acordo irresponsável, isso é caso de polícia. Essa Assembleia, as autoridades de Rondônia têm que ir atrás disso, esses deputados à maioria que não veio para cá têm que criar vergonha, vir para cá escutar o povo, ver o povo que eles precisam de voto, esse povo tem que nos respeitar. Meu irmão estou com 56 anos de idade já paguei muito imposto para esse Governo covarde e nada é feito. Pelo amor de Deus! O que essa Justiça está fazendo? Tem uma Promotora a Dr. Aídee, Dr. Rafael, um povo que têm lutado incansavelmente com a gente, mas não dá conta, essa Assembleia, esse Prefeito, esse Governo que vai para televisão só mentir, esse Governo covarde, tem que juntar essa Assembleia, a Casa Civil, as autoridades e ir para cima desse povo, esse povo está nos humilhando, Deputado Léo Moraes, esse povo está pisando em cima da gente. Eu confio na justiça divina em primeiro lugar e em segundo lugar eu confio em vocês, vocês deputados dessa Casa e a Justiça de Rondônia. Deus abençoe a vocês todos. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES – Obrigado Bigode, obrigado pela sua participação. Conheci o Bigode exatamente nesse ambiente, na luta, exatamente fui a sua casa, nessa luta e todas as audiências estive presente, apresentei projetos de leis, inclusive na Câmara Municipal e até hoje nunca se efetivou e nunca foi cumprido nada em relação a essas empresas e a essas usinas.

Gostaria de agradecer a presença dos Excelentíssimos senhores Vereadores, Marilza Cristina, Reinaldo Parreira, da Câmara Municipal de Alta Floresta e meu amigo Robson que é Presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta, amigo particular, seja bem-vindo, é sempre um prazer receber os parlamentares das Casas Mirins, estão muitos próximos do anseio e da necessidade popular, estejam sempre à vontade de estar aqui conosco, reivindicar, pleitear e é nossa obrigação interceder por todos vocês, sejam bem-vindos. Obrigado Bigode. Vamos agora, em ato contínuo passar para a senhora Lídia Barbosa, Presidente da Associação de Mulheres Madre Teresa de Calcutá. Só mais uma vez, já fui aqui advertido quanto ao tempo regimental por conta da nossa Sessão Extraordinária. O Vereador Jabá também está aqui conosco, Vereador Claudinei Castelinho, nosso amigo do Cacoal, vários Vereadores estão prestigiando aqui a nossa Audiência Pública, dada a importância da matéria.

A SRA. LÍDIA BARBOSA – Bom dia a todos. Cumprimentar a nossa Mesa, em nome da Geane, parabenizar o Deputado por essa iniciativa. Sou Presidente de uma Associação, mas sou moradora da Estrada do Belmont, onde o senhor esteve e filmou no dia que eu entrei na minha casa. Eu estava mais de 400 metros longe da beira do rio, mas a minha casa chegou a 2,15m de água. Não só a minha, como a de todos os outros que estavam na Estrada do Belmont. A Estrada do Belmont sempre foi esquecida. O Ministério da Integração passou, colocando um 'x' na nossa casa e disse que não era para ninguém retornar. Gente, eu estou desde 2014, 11 de fevereiro de 2014 eu saí da minha casa, nunca mais retornei porque tenho dois idosos, meu esposo e minha mãe, e não pude retornar a casa porque não tinha estrada. Agora nós temos estrada com muita luta do Francisco e a comunidade que se

juntou e fechou ali na Estrada do Belmont para que o governo e o Prefeito fosse fazer a Estrada. Graças a Deus nós conseguimos isso com muita luta, muita dificuldade. A Justiça, até hoje a nossa estrada lá, sobre as pessoas não tomou... Nós temos dois advogados que estão trabalhando em cima, nós já tivemos causas ganhas, mas até hoje não recebemos nada. Precisamos sim que as autoridades vejam o povo que está à mercê da sorte, porque até hoje eu não recebi outra casa não. Eu estou morando porque uma pessoa me cedeu a casa, porque eu estava com dois idosos e tem muita gente na mesma situação que eu. E teve pessoas que voltaram, mas com muita dificuldade estão lá dentro, porque a luz, a hidrelétrica que está aí está vendendo luz para todos lá fora e nós estamos pagando, porque quem estava de 2014 até hoje que não foi mandado desligar sua luz, está lá a conta na Ceron, na Ceron não, na Eletrobras, entendeu? Então nós estamos com dívida ainda, além de perder tudo, ainda temos dívidas. E aqui, esta Casa de Leis tem que tomar providência. Aqui era para ter todos os Deputados para ver nossa situação, porque não é só o Deputado Léo não que tem que estar aqui, tinha que estar todos, todos foram eleitos pelo povo. Então tem que ver o que o povo está passando, o que o povo está sofrendo. A gente precisa desta Casa de Leis, a gente precisa dos Vereadores e também era para estar aqui, porque não é só problema do Estado não, o município também tem sua cota. Eu quero agradecer a Vossa Excelência, Deputado Léo, e depois eu preciso ter uma conversa com o senhor, particular.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Sim, senhora. A senhora que manda. Obrigado, senhora Lídia Barbosa. É um prazer muito grande. Estabelecemos o prazo de 03 minutos, um tempo hábil para que possa fazer sua exposição de motivos, ideias e logicamente deixar registrado aqui nos Anais da nossa Casa, porque é importante isso. Então vamos respeitar para a gente tentar atender a todos. Eu lembro muito bem, lá na sua casa, a Estrada do Belmont, que na verdade não passava, eu fui de canoa. Levamos hipoclorito para a água ficar tratada, levamos mosquiteiro e principalmente retiramos as famílias que estavam praticamente submersas naquela região. É um prazer muito grande rever amigos de boas lutas e algumas conquistas e, lógico, lutar pelas demais. Registrar a presença da ex-vereadora e Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho, senhora Sandra Moraes, que por acaso é minha mãe. Obrigado. Senhor Rozam Rodrigues Barbosa, a palavra está com o senhor e já peço para a senhora Carine Afonso, arquiteta que representa a SEMUR neste ato, que já esteja em prontidão para ser a próxima fala daqui. A senhora Carine não vai falar, mas a gente registra a presença dela. E o próximo será o senhor Ualace Ferreira da Silva, morador do Bairro Triângulo. Por gentileza, senhor Rozam, lutador, a palavra está concedida ao senhor.

O SR. ROZAM RODRIGUES BARBOSA – Primeiramente queria agradecer a Deus, e em referência a Ele quero dar toda honra e toda a glória, me dá discernimento, me dê mansidão, Pai. A última vez que eu estive aqui nesta Casa eu não conseguia nem falar, Senhor Jesus. Em nome de todas as famílias, Pai, que estão passando por necessidade, passando por aflições, Pai; minha família, eu, Senhor Jesus, também somos atingidos pela cheia, perdi minha casa e todas as famílias, Senhor, que

estão passando por necessidade, Pai, eu Te peço, Senhor Jesus, que Tu Senhor Jesus é a justiça, Pai. E que Tu não falha, Senhor. Eu Te peço em nome do Pai, do Filho, do Espírito Santo agora que conduza minha fala.

Quero agradecer o Presidente da Casa, Deputado Maurão de Carvalho; agradecer ao proponente desta Audiência Pública, Deputado Léo Moraes, inclusive, acho que enaltecer é pouco ainda para Vossa Excelência. Quero te parabenizar mesmo e quando invoco a minha palavra, sem demagogia e sem hipocrisia. Parabéns, meu irmão e meu amigo, conta comigo! Pedir, como as outras Audiências, que estive em todas aqui, que esta Audiência tenha um começo, um meio e um fim, que na verdade, a maioria teve só um começo. E pedir a todos os que estão presentes aqui, às vezes, tem muitas autoridades que estão aqui presentes e que pode ouvir esta palavra que eu vou tentar ser mais breve possível.

Que sejam cumpridos todos os acordos que foram firmados pelas Usinas, pela UHE Santo Antônio Energia e Jirau a todos os moradores que foram impactados pela construção dessas hidrelétricas, ou seja: pescadores, comerciantes, a todos os ribeirinhos, a todas as pessoas que foram afetadas com a vinda das construções dessas hidrelétricas. Agradecer aos Deputados presentes Adelino Follador, Cleiton Roque, esteve aqui presente o Laerte Gomes; agradecer ao Dr. Glauber, viu doutor, todas às vezes que eu me encontro em qualquer lugar eu sei que o senhor está presente. Então, eu queria agradecer Vossa Excelência por estar aqui; em nome de todos os advogados que eu vejo aqui presente, o Dr. Júnior, a sua esposa Geane; e agradecer os advogados que estejam presentes aqui e que Deus abençoe estas causas porque para mim é a única maneira agora, de nós pelo menos termos uma parte do que foi perdido e minimizar todo o sofrimento que foi causado a todas as famílias porque jamais nós vamos conseguir ter o que nós tínhamos de volta que era a nossa paz e a nossa felicidade. Agradecer a todos vocês que vieram, que aceitaram o convite do Pastor Rozam e também que vieram de todas as comunidades tão distante, mas que acreditam ainda na nossa vitória que vai acontecer em nome de Jesus, agradecer e eu quero dá uma salva de palmas a vocês mesmos e eu mesmo para todos vocês que se encontram aqui presentes.

Cumprimentar a toda Mesa e a todas as autoridades presentes, Vereadores, que vieram de tão longe e que estão aqui presentes. É lamentável que todos os órgãos que foram convidados aqui não estão presentes, mas eu quero falar para vocês que eles não estão presentes porque eles não têm autoridade nenhuma. As construções das hidrelétricas vieram e passaram por cima de todos como um caterpillar patrolando o Ibama, Aneel, Crea, Senge, desrespeitando a Casa de Leis que não foi aprovado, desrespeitando o Governo do Estado, vocês não podem culpar o Governo do Estado porque isso é uma ordem federal e não tem como alguém fazer alguma coisa a não ser nós juntos como falado aqui, a população, e nesse momento eu vou falar algumas pautas e tópicos porque a gente não pode ir de encontro a alguma coisa que a gente não pode obter, não adianta a gente ficar dando murro em ponta de faca. Eu, como representante dos atingidos formei uma Comissão, foi fechando lá as hidrelétricas, fechamos das 05h00 (manhã) até à tarde para ninguém entrar a não ser as pessoas, alguns funcionários e sair todos que tivessem alguma causa para

resolver deixávamos sair, e assim criou a Comissão. E da Comissão nós conseguimos, nós, não adianta ficar aqui falando disso, daquilo, de cota, de alguma coisa sem nós termos realmente, é como se fosse uma pessoa da sua comunidade e falar: “o que tu queres para a tua comunidade? Aí tu falas: 10, 15, 20 itens, Dr. Glauber e Deputados presentes, e você, na verdade se você pedir uma situação, uma, e você ser atendido, não adianta você pedir 10, 15 e não ser atendido. Não adianta falar que não vai ser elevada a cota, que não vão ser construídas as 06 turbinas porque na verdade elas já foram construídas e a única coisa que eu vou enfatizar aqui é o pagamento das nossas indenizações, não tem outra maneira. O que tinha que ser feito, já foi feito. A gente quer agradecer também não só quer criticar, ouviu Deputado, Dr. Glauber e todos os presentes, criticar a gente não quer criticar, quer parabenizar sim a fase emergencial a qual realmente não foi perdido nenhuma vida, a Defesa Civil, ao Estado, a Defesa Civil do Estado, ou seja, a parte emergencial onde foi dado recurso para os ribeirinhos, a gente não quer chegar só e falar que não foi feito. Foi dado R\$ 7 mil reais para todas essas famílias e R\$ 4 mil reais para quem realmente não estava em estado de vulnerabilidade. Foi dado algumas habitações para algumas famílias, que isso seja bem claro que já foi colocado, mas as pessoas falam: ora, já foram colocadas todas as famílias nas habitações. Não. Não todas as famílias, só aquelas que se enquadram nas Portarias 595, na Portaria 01; a Portaria 01 é uma Portaria muito difícil, inclusive, Rio Branco não conseguiu enquadrar essas famílias na Portaria 01, ou seja, e àquelas pessoas que não se enquadram na Portaria? Àquelas pessoas que estão fora do Canal da Mancha, àquelas pessoas que tem problema no MI, no Ministério de Integração, no Ministério das Cidades, o que vai ser feito com essas famílias? Vai ser colocada a terra para debaixo do tapete? Então, amigos, irmãos, já foi definido o problema de muitas famílias, mas se vocês estão aqui como eu estou aqui, não foi decidido o nosso problema, e o nosso problema, amados irmãos, não tem como a gente querer colocar que nós vamos elevar a cota do bairro do Triângulo para o nível maior para não se atingido ou São Carlos, ou São Sebastião, não adianta irmãos nós pensarmos que nós vamos voltar para as nossas comunidades. Então não adianta nós ficarmos debatendo aqui sobre uma pauta a qual nós não vamos conseguir. Foram compradas algumas áreas de terra, inclusive, agradeço a Casa de Leis que dia 09.09.15 que nós conseguimos aqui quase dez milhões para compra dessas áreas e aí na hora que chega com o município essas áreas totalmente são embargadas por falta de um diálogo, de uma gestão. Então, tem toda uma burocracia que a gente não consegue andar. Hoje amados irmãos, nós estamos com 1.231 dias, ou seja, 3 anos e 4 meses e 15 dias irmãos, sim nós estamos com 1.231 dias fora de nossas casas. Então, amados essas construções dessas hidrelétricas, eu não falo aqui para pessoas falar assim: olha, a gente está debatendo por isso, por aquilo não. Eu afirmo, afirmo que tudo que aconteceu não foram às cheias, as cheias foram um fenômeno da natureza, mas ela comprometeu, a maior porcentagem foi por culpa das usinas, porque barrou a água, estrangulou, já começou errado, fazendo as usinas do JIRAU no caldeirão, não ser na cachoeira do JIRAU. Então, tem uma infinidade de erros. Então, eu afirmo com todas as

letras aqui; a hidrelétrica até hoje, me perdoe, mas ela não veio trazer nenhuma, nenhuma, nenhuma uma benção para nós, prosperidade para nós, só veio trazer maldição. A não ser que repare todas as pessoas que foram atingidas que a única coisa que eu peço é que sejam chamados todos. Vou colocar as pautas rapidinho aqui para vocês. Sobre a construção das usinas. Amados, eu não sou contra reconstruir o patrimônio histórico não, mas a nosso maior patrimônio histórico são as nossas famílias, de acordo com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Pedimos uma comissão de Deputados aqui que são favoráveis a esta causa; que seja feito um edital convocando todas as Varas Cíveis; uma comissão que foi montada juntamente com um perito para esta Casa de Lei, chamar esta comissão ou chamar esse juiz, acompanhado desse perito; convocar todos os advogados que tem causas ajuizadas no Fórum Cível; uma ação coletiva que tem também no Ministério Público Estadual e Federal; convocar todos os representantes legais dessas comunidades atingidas ou classes sociais, sindicatos, colônia de pescadores, agricultores, extrativistas porque cada um sabe de cada situação. Então, eu não posso falar por eles e eu afirmo com todas as letras...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Concluindo.

O SR. ROZAM RODRIGUES BARBOSA – que foram as usinas a real, que causou todos esses danos para nós. E eu falo, terminando a minha fala aqui, nós vamos agora, a partir de agora nós vamos entrar num confronto direto, se não for resolvido a nossa situação, nós moradores, nós vamos procurar os nossos direitos e onde que é? É reivindicando os nossos direitos. Só isso que eu quero falar para vocês e agradeço a oportunidade.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado, obrigado Rozam. O Rozam sofre há muito tempo esta questão e sempre está aqui atuando, com palavras de otimismo inclusive vendo a parte boa, ao mesmo tempo cobrando providências que é a sua atividade, a sua responsabilidade como líder natural da região. Muito obrigado, parabéns, continue contando conosco Rozam, a gente está aqui na briga e o questionamento que a gente faz é o seguinte. Progresso é uma desgraça, alegria, tristeza; se energia elétrica pelo menos estivesse mais barata, se o atendimento fosse feito a contento, se tivéssemos dignidade na qualidade da água, na utilização de direito inalienável que é da propriedade, segundo a nossa Constituição, nada disso foi feito, haja vista, que até o fim da bandeira tarifária que foi ação nossa, junto com o nosso gabinete para que não se cobre bandeira vermelha no Estado de Rondônia, tivemos que ajuizar na Justiça Federal, senão ainda hoje todos nós estaríamos pagando a bandeira tarifária, que é uma taxa, um sobrepreço, como se nós tivéssemos riqueza hídrica e duas das maiores usinas aqui instalada o Brasil. Isso é, desgraça, prejuízo, bolsão de pobreza, prejuízo social, marginalidade, infelizmente é isso que a usina trouxe para nós. Então, obrigado Rozam, nós vamos continuar na luta e o nosso encaminamento vai tratar sobre essas questões que você abordou aqui. Muito obrigado.

Senhor Ualace Ferreira da Silva, morador do Bairro Triângulo, prazo de três minutos meu amigo, eu vi que você

está desde o início aqui, é importante que você fale e converse conosco.

O SR. UALACE FERREIRA DA SILVA – Bom dia a todos, meu nome é Ualace, e obrigado pelo Pastor Rozam, pela nossa batalha, bastante tempo você, o nosso advogado também, o Júnior e sua esposa a Geane. E eu estou aqui, sou morador lá da Vila Candelária, bairro Triângulo, mora há 31 anos, tenho 31 anos, nasci, sou portovelhense, nasci aqui, gosto de estar aqui. Então, estou aqui com uma causa assim, porque a gente, está ganhando a causa; mas o que falta é só ir para frente, que nós estamos lá, minha casa está caindo e tá uma placa lá dizendo: ah, você não pode construir casa, não pode fazer nada e que eu moro lá na beira do rio, que eu trabalho no “barracão do Raí”, um ponto turístico da cidade que não existe mais a usina, a cachoeira, mas temos a nossa vila Candelária lá, o ponto turístico. E a gente não pode esquecer também, que nós passamos dificuldades, porque o meu filho menos de um ano, ele mudou de lugar seis vezes em vários colégios, tive que chamar a imprensa, porque a gente estava céu aberto com a criança no colo, tive que chamar a imprensa e depois, no final das contas fomos para lona, que era lá no Parque dos Tanques, passei um bom tempo lá no Parque dos Tanques, passando calor, apesar que tinha comida, mas a gente não vive só de comida, tem que ter uma qualidade de vida melhor. Então, ainda bem que passou essa fase da lona. E esse negócio dos apartamentos também que a gente está pagando por uma coisa que a gente já tinha já uma casa, e a gente é ribeirinho, eu tenho orgulho de ser ribeirinho porque a gente plantava, a gente tinha bicho, tinha cachorro, tinha animais, tinha tudo. Então, a gente merece respeito, que as usinas façam a parte dela, tendo ética porque a gente merece pelo menos essa parte de indenização, escolher o lugar que a gente queira morar, não onde eles querem que a gente fique. Porque os apartamentos lá; teve um vendaval lá que quebrou tudo, destelhou tudo, a gente não é cobaia para dizer assim: ah! Vocês vão estar aqui. As coisas lá estão feias, eles arrumaram, mas só que estar feia, a gente está pagando por uma coisa que a gente já tinha. Então, a gente quer indenização, a gente quer um lugar bom para nós mesmos, porque pelo sofrimento que a gente passou meu filho também. E eu agradeço aos nossos advogados, eu estou até tremendo, e é isso aí gente. Obrigado, estou nervoso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos amigo, estamos aí, parabéns aí pela tua luta, pelo teu relato. Registrar a presença do Deputado Laerte, que também está conosco líder do Governo, que tem um papel importante nessa discussão. Vou passar a palavra. Mas antes, eu gostaria de avisar para os heróis da resistência, as pessoas que estão até a essa hora aqui, que logo depois será servido um coffee break, um lanche para que a gente possa confraternizar e celebrar.

Senhor Rovilson, cadê o louro? Louro, vem Louro falar então aqui, não vai não? O Louro declinou da fala dele, obrigado Louro. Senhor Rosinaldo Lemos Ferreira, cadê o senhor Rosinaldo? Está aí? Senhor Rosinaldo Lemos, não está, e o Senhor Deibson Ferreira, Deibson, vem cá mano, fala aqui. E a

Flávia está presente? Flávia, você é a próxima, já vem para cá Flávia, por favor.

O SR. DEIBSON FERREIRA – Boa tarde a todos, já passou do meio dia, agora já é tarde. Eu venho representando aqui o bairro Triângulo, vou complementar as falas do seu Rozam, quero agradecer aqui a bancada, as autoridades, seu Léo Moraes, Deputado, e agradecer a todos os presentes aqui moradores do bairro Triângulo. E a gente vai levar para frente isso o que o seu Rozam, falou aqui, a gente tem um grupo do Triângulo, o Triângulo renasce e a gente quer avisar aqui todos que estão aqui que falem comigo ou com o seu Rozam, quando for sair daqui da Audiência, para a gente dar continuidade o nosso confronto. Eu sou morador do Bairro Triângulo, já moro há vinte anos lá, tudo que eu venho falar aqui não é interesse pessoal e sim interesse de todos. Quero simplesmente reivindicar os nossos direitos que estão sendo ultrapassados, já há quatro anos com processo na justiça, e até hoje não saiu para ninguém, apesar de que teve pessoas do bairro Triângulo, que foram indenizados devidamente porque há uns anos, foi feito um ajuste de conduta junto ao Ministério Público Estadual e Federal, um termo de ajuste de conduta o TAC. Mas esse termo, ele não beneficiou a todos, não beneficiou a todos. Hoje, está na justiça, tem um advogado Antônio de Castro, e a Dra. Geane, que está nos associando aí. Então, esse termo de acordo foi feito alguns anos e hoje não está sendo cumprindo com alguns moradores, que hoje estão em situações precárias de moradia que nem eu, por exemplo, moro até hoje de aluguel, desde o dia da enchente que sai da minha residência. E hoje eu vi reivindicar esse termo que a Santo Antônio Energia, fez e ela mesma se compromete, porque ela não delimitou a localidade que for ser indenizada, ela mesma se compromete alegando que o pessoal que foi feito esse termo de acordo, foi moradores do bairro Triângulo, e porque todos não foram indenizados? Se somos moradores ainda do Bairro Triângulo, que hoje não existem mais essas moradias foram derrubadas pela enchente, e ao longo do tempo vem se desbarrancando. Então, eu venho acompanhando esse processo junto com a Dra. Geane, ali eu tenho esse grupo formalizado por pessoas que tem esse processo na justiça, e eu quero reivindicar. Porque várias vezes ao longo do tempo ela vem recorrendo, inúmeras vezes, ela teve a capacidade de formalizar que o Fórum Estadual, Fórum Civil, não tem a capacidade de fazer esse julgamento parcial. Então, como ela vem recorrendo, tem até sentença já registrada...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Concluindo aí Deibson.

O SR. DEIBSON FERREIRA – O protesto, esse cumprimento não vem sendo cumprindo. E tudo que eu peço são os nossos direitos que venham a ser cumpridos, entendeu. E eu agradeço a todos pela presença de todos me procurem na saída com o seu Rozam. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado, valeu Deibson, obrigado aí, Triângulo estava falando que é um bairro místico, é um bairro diferenciado que tem aí riqueza cultural, o

berço do samba e das nossas identidades típicas de Porto Velho e a gente tem de preservar com o maior afinho ainda.

Passar a palavra para Flávia do Nascimento da comunidade do Distrito de Jaci-Paraná para que se manifeste.

A SRA. FLÁVIA NASCIMENTO – Bom dia a todos. Eu estou aqui para falar precisamente do Distrito de Jaci-Paraná, eu sei que várias localidades que estão também com o mesmo impactado, atingidos, mas eu só posso falar do que eu conheço, eu só posso falar da realidade em que Jaci vive. Desde a formação do Lago em que a usina chegou ao Estado de Rondônia, eles aumentaram esse Lago cinco vezes em nove meses, de 2011 a 2012. Então nesse período de 2012 Jaci-Paraná já começou a perceber o problema o problema do impacto do lençol freático. 2014 veio a enchente trouxe grandes problemas para Jaci-Paraná, desde então Jaci-Paraná só vem cada vez mais se defasando. Os problemas de Jaci eu não sei a realidade de cada localidade de vocês, mas hoje Jaci-Paraná a cada inverno que passa devido ao aumento do lençol freático que ocorreu e cada inverno que acontece Jaci-Paraná aparece um problema. Deputado eu gostaria de lhe perguntar uma coisa; nessas localidades atingidas, alguma delas o senhor já esteve presente, conhecendo a realidade do que, que a comunidade vive realmente? Conhece ela? Então está faltando Jaci-Paraná por que nós não tivemos o prazer de receber o senhor em Jaci-Paraná para lhe mostrar a realidade do que está acontecendo em Jaci hoje. Jaci está desmoronando, está casos de erosão, tem a cota 77 que é a Santo Antônio se recusa a tirar essa comunidade, a Cota 77 os moradores estão lá dentro todos correndo risco, não é pelo fato da água vir por uma enchente não, é pelo fato do que vem pelo subsolo. Santo Antônio já deixou bem claro que o solo de Jaci-Paraná teve o impacto do lençol freático, isso é um problema sério, nós estamos preocupados com o que está vindo pelo subsolo, está erosões, está tendo transbordamento de fossas, não tem condições da comunidade continuar morando da maneira em que está. Conhecer a realidade deputado é está lá presente com a comunidade ser picada pelas carapanãs, ver as casas que estão sendo rachadas, e desmoronadas com pessoas correndo risco de integridade física. Para conhecer essa realidade tem que ir até lá por que essa reunião o povo está cansado de reunião, pelo menos Jaci está cansada de reuniões, reuniões se terminam em papel e nada mais acontece. Pedimos a sua presença deputado dentro de Jaci para mostrar para o senhor o problema real que está acontecendo, eu não sei o que acontece nas outras localidades, mas não tem condições Jaci-Paraná continuar do jeito está.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigada Flávia, está bom, obrigada pela sua atenção.

A SRA. FLÁVIA NASCIMENTO – Mas um pedido que eu vou fazer ao senhor devido a Cota da ANA que ela está sendo negada pela empresa, que o senhor nos ajude com e-mails para a ANA que a comunidade está pedindo para sair.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Já estamos discutindo e já vai ser inserido agora na nossa Ata de compromisso. E

respondendo a senhora em relação à presença e a participação é muito mais do que a senhora imagina a minha presença, inclusive em Jaci-Paraná está passando por um processo de isolamento quase que ilhada, estão ilhando Jaci-Paraná água contaminada há muitos anos. A questão lago que até hoje nós sabemos e é fato corriqueiro que estão acima da determinação e do que foi pactuado nas contrapartidas isso tudo nós sabemos. Agora quando chama o Ibama, o Ibama não participa, quando outro também não vê, encaminhamos documento para a ANA também não acontece, agora nós estamos pactuando na nossa Audiência através da Ata, as informações solicitadas para ANA e também para a ANEEL, que é o nosso colega do MAB vai inclusive ajudar a fazer essa ponte a fim de solucionar esse problema. Nós já findamos o nosso prazo para as falas e manifestações, nós só vamos agora fazer a leitura para que todos estejam de acordo com o nosso encaminhamento, afinal eu não vou propor algo que será inatingível, inalcançável e que não está na seara da Assembleia Legislativa. Por que eu acho que é brincar com a esperança de muita gente, não tem o menor cabimento. Então nós vamos fazer a leitura antes e vocês concordarem e daí depois nós congradarmos aqui na nossa galeria, no nosso Salão Nobre. Um minuto para a gente concluir. Dra. Geane se quiser fazer as suas considerações finais o microfone está aberto em um tempo bem curto para a gente não ultrapassar às 13 horas.

A SRA. GEANE LEITE - Bom, eu agradeço a oportunidade, Deputado Léo Moraes, esta Casa é a casa do povo e o povo está aqui representado exigindo as providências de sua casa, eu confio que esta audiência não ficará apenas numa simples discussão, que ela terá efetividade e que a Assembleia Legislativa de Rondônia fará com que as empresas usina Santo Antônio Energia e Consórcio SBR cumpram as condicionantes de sua atuação no rio Madeira. Não somos contra a atuação das usinas, elas já são uma realidade no nosso Estado, mas que atuem indenizando quem tem que indenizar, indenizando quem está identificado como impactado, cumpram as liminares de realocação das pessoas para área segura, as pessoas estão correndo risco de vida e isso quem fala é o Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia e o Superior Tribunal de Justiça. Confiamos, deputado, na sua atuação que sempre esteve prontamente atendendo as nossas solicitações. E gostaria de agradecer a presença de todos que deixaram os seus afazeres, deixaram seus filhos em casa e que estão aqui buscando os seus direitos. Obrigada pela presença de todos vocês.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – João, em um minuto se quiser fazer sua última consideração antes de nós realizarmos a leitura da nossa ata, você pode ficar à vontade se quiser utilizar esse microfone aqui mesmo, você que sabe, um minuto por gentileza.

O SR. JOÃO MARCOS DUTRA – Só reafirmar alguns pontos, que a Agência Nacional de Energia Elétrica ao invés de reduzir os royalties que são repassados para os municípios atingidos que ela cobra da Jirau e da Santo Antônio os planos de segurança de barragem e que o Governo do Estado, a Assembleia Legislativa cobrem da Agência Nacional de Energia

Elétrica esse plano. Por que quem está em risco somos nós, não são eles que estão lá em Brasília. Na cheia de 2014 os Tribunais ficaram embaixo da água. A outra questão, que seja cobrado da Agência Nacional de Águas a realocação imediata das famílias que estão nas áreas de risco que foram inseridas nas outorgas de utilização dos recursos hídricos na área de Abunã e na área de Jaci-Paraná, e que não seja aprovado um projeto de lei nesta Casa que permita a concessão da autorização de cotas de forma definitiva. Eu acho que reafirmar esses pontos, se essas medidas forem cobradas elas vão ajudar muito a que a empresa se sinta menos confortável em descumprir as condicionantes socioambientais. Eu acho que a Assembleia Legislativa o que ela pode fazer hoje é fazer pressão política e econômica para que os órgãos que realmente podem resolver o problema que é o IBAMA, a ANA e ANEEL façam isso. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado João. A gente tem que dá a César o que é de César e também fazer a cobrança dos entes e atores que devem se manifestar. A nossa bancada federal de alguma maneira, Rozam, tem que estar presente nesse debate, tem que participar dessa discussão e fazer as devidas cobranças a esses órgãos federais. É muito difícil deputado estadual se submeter a uma viagem, ser atendido pelo ministro para de repente discutir essas questões, até mesmo nas agências reguladoras é muito difícil. Eu digo com propriedade porque conseguimos através da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil e a SAC – Secretaria de Aviação Civil, retomar alguns voos para o Estado de Rondônia, que é importante, é preponderante para o comércio, para a relação entre Estados, para baixar as tarifas e tantas outras coisas, então a gente também gostaria de fazer publicamente esse pedido que a bancada federal interceda, participe, seja coirmã desse debate a respeito das usinas e também das outorgas e das licenças. Gostaria de fazer a leitura da nossa ata, isso é importante que os nossos colegas que estão aqui deliberem em conjunto conosco, é a parte mais importante dessa audiência pública. Todos que estão aqui até este momento, vamos lá. “O Senhor Deputado Léo Moraes para finalizar e após todas as reivindicações e críticas apresentadas pelos participantes, encaminhou os seguintes: 1 - *Será agendada uma reunião do Poder Legislativo Estadual com O Poder Judiciário para tratar do não atendimento das decisões judiciais para serem tomadas as medidas cabíveis.* 2 - *Fica comprometido a não tramitação do Projeto de Lei que trata do aumento da “COTA” do reservatório das Usinas, enquanto não forem cumpridas as decisões, como também, serem apresentadas as propostas de compensações sociais, ambientais e as realocações;* 3 – *Solicitar esclarecimento a ANEEL sobre a apresentação do plano de segurança de barragem das USINAS DE JIRAU E SANTO ANTÔNIO.* 4 – *Solicitar esclarecimentos sobre a realocação das famílias nas áreas de risco determinadas pela agência nacional de águas nos distritos de Jaci-Paraná e Abunã. E após deliberação nesta Audiência, será assinado pelas autoridades presentes e interessado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Deputado Léo Moraes declarou encerrada a presente Audiência Pública. Plenário das Deliberações, às doze horas e cinquenta minutos”.*

Todos de acordo? Não terá qualquer aprovação de projeto que prevê aumento da cota, aumento da barragem aqui no Estado de Rondônia enquanto não se discutir as decisões judiciais, o cumprimento das mesmas e também a questão dos remanejamentos. Essa é a nossa leitura que será assinada por todos os membros dessa Mesa, inclusive quero cobrar e pedir que o Deputado Adelino Follador também faça assinatura por ser membro da Comissão de Constituição e Justiça e também deixar consignado em ata que esse documento expedido será encaminhado à CCJ - Comissão de Constituição e Justiça, o Manvailer está aqui é importante, Presidente da Assembleia Legislativa e também ao Presidente do Tribunal de Justiça Dr. Sansão Saldanha que se prontificou a debater conosco essa tema e, eu já agradeço de antemão. Todos de acordo? Todos de acordo! Agradeço imensamente a presença de vocês, o local adequando para pleitear melhorias e mudanças é sim senhor na Casa do Povo, é na Assembleia Legislativa. Agradeço aos demais deputados em sua grande maioria sensível a esse tema aqui debatido, Deputado Maurão de Carvalho que colocou à disposição todo o status desta Casa para deixar claro que ninguém faz nada sozinho, se de alguma maneira consegui conduzir esta Audiência foi por que eu tive o apoio dos colegas Deputados Estaduais e, dessa maneira vamos cobrar melhorias para que vocês tenham dignidade, qualidade de vida e que rondoniense não vai a reboque de ninguém e que portovelhense tem o seu lugar ao sol e também ao progresso e ao futuro desde que seja comprometido com vocês. Está bom meus amigos. Muito obrigado.

Invoco a proteção de Deus para encerrar esta Audiência pública, agradecendo a todos e agora serviremos aqui um coffee break para que a gente possa congregar, possa confraternizar e discutir aqui. Muito obrigado fiquem todos com Deus, um ótimo final de semana e uma boa semana a todos.

(Encerra-se esta Audiência às 12 horas e 56 minutos).

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 450/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 12 a 15/07/2017 ao servidor relacionado para realizar serviços de assessoramento ao senhor Presidente desta Casa de Leis com serviços de cobertura jornalística, em compromissos agendados, relativo assinatura de convênios em Alto Paraíso/RO, inauguração da Praça do Povo em Pimenta Bueno/RO e participar de reuniões juntamente com o Governador nos municípios de

São Felipe e Espigão do Oeste - RO, conforme Processo nº. 00010382/2017-53.

Matrícula: 200163590

Nome: Stanislany de Sena Brito

Cargo: Ass. Parlamentar

Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 12 de Julho de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO

PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA

SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1569/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

D E S I G N A R

A servidora **SOL FERNANDA ROBERTA PEREIRA SILVA DE ARAUJO**, matrícula nº 200163844, como Gestor do contrato nº 12/2017 entre a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e a empresa F3 COMERCIAL LTDA - EPP, conforme Processo Administrativo nº 3113/2017-28, a contar de 21 de junho de 2017.

Porto Velho, 13 de julho de 2017

MAURÃO DE CARVALHO

PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA

SECRETÁRIO GERAL

E R R A T A

No Diário Oficial da Assembléia Legislativa nº 96, publicado no dia 14 de junho de 2017, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº1392/2017-SRH/P/ALE.

ONDE SE LÊ:

ITAMAR NERI DE SOUZA LARANGEIRAS

LEIA-SE:

ITAMAR NERI DE SOUZA LARANGEIRA

Porto Velho-RO, 13 de julho de 2017.

CLEUCINEIDE DE OLIVEIRA SANTANA

Superintendente - SRH/ALE/RO